

Jornal do Professor

Adufg SINDICATO 40 ANOS

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS DOCENTES DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS DE GOIÁS - ANO VI - Nº 45 - ABRIL DE 2018

EDITORIAL

Prisão, morte e renúncia na política

A condenação e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva não foi diferente do cenário que se repete no Brasil: polarizada, apaixonada e violenta. Repórteres, fotógrafos e cinegrafistas que cobriam as manifestações contra a prisão do ex-presidente foram agredidos, assim como pessoas que concordavam com a prisão e passaram no local. Antes disso, os ônibus que acompanhavam a caravana de Lula no sul do país foram recebidos a tiros. O slogan "Lula ladrão roubou meu coração" foi retomado. Além disso, a hashtag #LulaLivre movimentou as redes sociais.

A morte de Marielle reacendeu discussões sobre diversos temas: a segurança de líderes políticos e pessoas públicas que defendem os Direitos Humanos e denunciam a polícia brasileira e as notícias falsas divulgadas sobre o caso, com o objetivo de manchar a imagem da vereadora. Pesquisa da Datafolha mostrou que até 60% dos moradores do Rio de Janeiro teve acesso a alguma informação falsa sobre Marielle. Segundo a Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-DAPP), 73% das menções em redes sociais, publicadas nos dias seguintes ao crime, foram diretamente contra os boatos e cobravam punições aos seus autores. As informações são da Carta Capital.

Após sete anos e três meses chegou ao fim a Era Marconi em Goiás. Ele foi governador durante quatro mandatos e renunciou para disputar as eleições desse ano. Quem assume o cargo é o vice, José Eliton.

Redação: (62) 3202-1280
jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

Insalubridade

Reitoria cede e propõe avaliação quantitativa dos níveis de insalubridade

Páginas 15

Fotos: Bárbara Zaiden



Entenda como será a estruturação da UFJ e UFCat - Página 6

Caderno Especial

Empoderamento da Mulher

Sindicato comemora o mês de março com série de eventos

40 anos

Mindé Badauy fala da luta do sindicato contra a ditadura

Página 13



Trajectoria

Maria Lúcia Gambarini (EVZ) não se afasta da sala de aula tão cedo

Página 16

Indígenas

Combate à raiva em território Apinajé

Página 7

Luta por espaço e voz

Páginas 8 e 9

Proifes-federação

Sindicatos discutem estratégias de comunicação em rede

Página 11

prestação de contas

Fevereiro de 2018

1 Arrecadação, Rendimentos Financeiros e Outros		
1.1	Contribuição Filiados - Mensalidades	328.654,54
1.2	Ingressos, Eventos e Festas	0,00
1.3	Receita com Pró Labore Seguro de Vida	1.754,27
1.4	Receitas Financeiras	6.530,56
1.5	Outras Receitas	635,75
1.6	Resgate de aplicações financeiras	0,00
1.6.1	IRRF/IOF sobre Resgate de aplicações financeiras (-)	0,00
Total R\$		337.575,12

2 Custos e Despesas Operacionais		
2.1	Despesas com Pessoal	
2.1.1	Salários e Ordenados	69.224,05
2.1.2	Encargos Sociais	33.695,00
2.1.3	Seguro de Vida	592,98
2.1.4	Outras Despesas com Pessoal	7.211,06
2.1.5	Ginástica Laboral	550,00
2.1.6	Férias, 13º salário e Rescisões	5.663,58
2.1.7	PIS s/ Folha de Pagto.	758,58
Total R\$		117.695,25

2.2 Serviços Prestados por Terceiros		
2.2.1	Cessão de Uso de Software	1.961,94
2.2.2	Despesas com Correios	732,00
2.2.3	Energia Elétrica	3.042,61
2.2.4	Honorários Advocatícios	7.790,00
2.2.5	Honorários Contábeis	3.815,00
2.2.6	Locação de Equipamentos	400,00
2.2.7	Serviços Gráficos	1.804,27
2.2.8	Honorários de Auditoria	1.450,58
2.2.9	Tarifas Telefônicas e Internet	4.699,26
2.2.10	Hospedagem/manutenção/layout do site	3.607,32
2.2.11	Vigilância e Segurança	313,50
2.2.12	Comunicação/Rádio/TV/Jornal	0,00
2.2.13	Serviços de Informática	1.553,95
2.2.14	Outros Serviços de Terceiros	7.650,00
2.2.15	Água e Esgoto	351,80
Total R\$		39.172,23

2.3 Despesas Gerais		
2.3.1	Combustíveis e Lubrificantes	3.365,88
2.3.2	Despesas com Táxi	232,51
2.3.3	Despesas com Coral	266,51
2.3.4	Despesas com Grupo Travessias	487,94
2.3.5	Diárias de Viagens	5.563,28
2.3.6	Tarifas Bancárias	397,46
2.3.7	Lanches e Refeições	1.193,40
2.3.8	Quintart	0,00
2.3.9	Patrocínios e Doações	18.305,04
2.3.10	Manutenção de Veículos	175,00
2.3.11	Festa do Professor	0,00
2.3.12	Festa Final de Ano	0,00
2.3.13	Passagens Aéreas e Terrestres	88,22
2.3.14	Gêneros de Alimentação e Copa	1.054,59
2.3.15	Despesas com manutenção Sede Campeste	8.639,65
2.3.16	Hospedagens Hotéis	5.372,45
2.3.17	Material de expediente	541,64
2.3.18	Outras despesas diversas	3.361,36
2.3.19	Manutenção e Conservação	2.811,92
2.3.20	Homenagens e Condecorações	460,00
2.3.21	Despesas com Sede Adm. Jataí	2.940,23
2.3.22	Despesas com Sede Adm. Catalão	1.892,18
2.3.22	Despesas com cursos para aposentados	0,00
2.3.23	Cópias e autenticações	768,99
2.3.24	Sabadart/Festa do Professor Jataí	0,00
2.3.25	Festa do Professor Catalão	0,00
2.3.26	Despesas com Eleições	0,00
2.3.27	Despesas com manifestações	2.496,00
2.3.28	Despesas com Espaço Saúde	100,00
2.3.29	Despesas com atividades do Espaço Cultural	0,00
2.3.30	Despesas com processos jurídicos	2.063,69
Total R\$		62.577,94

2.4 Despesas Tributárias		
2.4.1	IR sobre Folha de Pagto/Férias/Rescisões	3.423,77
2.4.2	Outras Despesas Tributárias	1.076,12
Total R\$		4.499,89

2.5 Repasse Fundo Social e Contribuições		
2.5.1	Repasse para C/C Fundo Social	0,00
2.5.2	CUT - Central Única dos Trabalhadores	0,00
2.5.3	Proifes Federação	27.100,16
Total R\$		27.100,16

Total Geral dos Custos e Despesas Operacionais R\$	251.045,47
3 Resultado do exercício 02.2018 (1-2)	86.529,65

4 Atividades de Investimentos		
4.1	Imobilizado	
4.1.1	Construções e Edificações	0,00
4.1.2	Máquinas e Equipamentos	0,00
4.1.3	Veículos	0,00
4.1.4	Móveis e Utensílios	1.643,68
4.1.5	Computadores e Periféricos	0,00
4.1.6	Outras Imobilizações	3.950,00
Total R\$		5.593,68

4.2 Intangível		
4.2.1	Programas de Computador	0,00
4.2.2	Investimentos com Marcas e Patentes	0,00
Total R\$		0,00

4.3 Aplicações Financeiras		
4.3.1	Aplicação CDB/ FUNDO DE INVESTIMENTO	140.000,00
Total R\$		140.000,00

Total Geral dos Investimentos R\$	145.593,68
5 Resultado Geral do exercício 02.2018 (3-4)	-59.064,03

Os valores contidos nestes relatórios estão por Regime de Caixa. Regime de caixa é o regime contábil que apropria as receitas e despesas no período de seu recebimento ou pagamento, respectivamente, independentemente do momento em que são realizadas.



Críticas, sugestões de pauta e comentários >>> jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

O professor Juarez Costa Barbosa (antiga FIC) ligou para o professor Hélio Furtado para comentar sobre a criação do Adufg-Sindicato, publicada em matéria na última edição do *Jornal do Professor*. O professor Juarez foi 1º tesoureiro durante a primeira diretoria, presidida pela professora Mindé Badauy (FH). “O *Jornal do Professor* é um exemplo de jornalismo, vocês estão de parabéns pelo trabalho realizado. Isso é muito importante, principalmente para nós aposentados. Fico muito feliz, você não sabe o tanto, em ver as matérias publicadas. Essa [criação do sindicato] foi uma luta nossa, durante a Ditadura, as pessoas tinham medo de se manifestar. Eu disse ao Hélio: ‘isso demonstra que o sindicato está ficando muito organizado’”, afirmou o professor à equipe do JP. Na última edição o JP iniciou uma série de reportagens que retoma, cronologicamente, a história dos 40 anos do Adufg-Sindicato. Leia a matéria da página 13 desta edição. O professor Luiz Medalha, que teve sua trajetória publicada na edição passada, também elogiou o jornal do sindicato. “Muitas histórias, todas elas verdade”, brincou, sobre a sua história narrada na página 16. “Muito bom trabalho, vocês estão de parabéns, a matéria ficou muito bem escrita”, elogiou. Medalha também disse que vai enviar cópias do jornal para seus amigos no Rio de Janeiro e para a Academia Brasileira de Música.



INFORME JURÍDICO

UFG é condenada a retificar registro de concessão de licença capacitação

A UFG foi condenada a retificar os registros de concessão da Licença para Capacitação gozada por uma professora. O pedido foi deferido em juízo mas a sentença é de primeiro grau e ainda passível de recurso.

A cada cinco anos de efetivo exercício, o servidor público pode, no interesse da administração pública, se afastar do exercício do cargo por até três meses para participar de curso de capacitação profissional. A sentença afirma que é correto considerar o momento quando foi realizado o pedido e não o momento do seu deferimento. Ou seja: o juiz entendeu que a servidora não poderia ser prejudicada pela mora da universidade ao se distanciar do seu pleito para capacitação.

OBS.:

No mês de fevereiro de 2018 o Adufg-Sindicato adquiriu um lote, na Rua 229, no setor Leste Vila Nova. Por isso, nesse mês foi feito resgate de R\$ 600 mil da aplicação do sindicato. A compra do lote, somada às despesas com cartório, somam R\$621.033,36.



19ª Diretoria Executiva
Sindicato dos Docentes das
Universidades Federais de Goiás

Flávio Alves da Silva
Diretor Presidente

Walmirton Tadeu D' Alessandro
Diretor Vice-Presidente
e de Comunicação

Veridiana Maria Brianezi D. de Moura
Diretora-Secretária

Daniel Christino
Diretor de Promoções Sociais,
Culturais e Científicas

João Batista de Deus
Diretor Administrativo

Geovana Reis
Diretora de Assuntos Educacionais,
de Carreira e do Magistério Superior

Thyago Carvalho Marques
Diretor Financeiro

Ana Christina de Andrade Kratz
Diretora de Convênios e de
Assuntos Jurídicos

Abraão Garcia Gomes
Diretor de Assuntos de
Aposentadoria e Pensão

Luis Antônio Serrão Contim
Diretor para Assuntos Interinstitucionais

Jornal do Professor

PUBLICAÇÃO DO SINDICATO DOS
DOCENTES DAS UNIVERSIDADES
FEDERAIS DE GOIÁS

ANO VI - Nº 45
abril de 2018

Professor Juarez Ferraz de Maia
Idealizador do projeto

Cleomar Nogueira
Projeto gráfico original

Kalyne Menezes (JP 2636 GO)
Editora responsável

Bárbara Zaiden (JP 3228 GO)
Edição e reportagem

José Abrão (JP 3331 GO)
Reportagem

Bruno Destéfano
Steffanny Alves
Estagiários

Diagramação: Bruno Cabral

Data de fechamento: 12/04/2018

Tiragem: 4.000 exemplares

Impressão: Stylo Gráfica

jornaldoprofessor.adufg@gmail.com

9ª Avenida, 193, Leste Vila Nova -
Goiânia - Goiás - (62) 3202-1280

Acompanhe nossas redes sociais:
[@adufgsindicato](#)

www.adufg.org.br



Francisco Mata
Machado Tavares*

Rio de Janeiro: um laboratório para o Estado de Exceção

A intervenção federal decretada no âmbito da segurança pública no estado do Rio de Janeiro indica o alvorecer de um regime político de exceção. Trata-se de mais um signo do ocaso da Nova República e da emergência de uma lógica política ancorada em processos e práticas autocráticos no Brasil. A medida é antijurídica e violadora do Estado Democrático de Direito em razão de malferir dois fundamentais pilares do constitucionalismo democrático, nomeadamente: *i)* decisões políticas devem ser motivadas em conformidade com razões publicamente justificáveis e; *ii)* governos devem obedecer formal e substantivamente aos limites constitucionais que informam os respectivos atos. Adiante, pormenorizam-se estes dois aspectos.

i) A intervenção no estado do Rio de Janeiro é um caso típico de atuação estatal em descompasso com os objetivos supostamente declarados. Enquadra-se, portanto, no conceito jurídico de simulação, assim entendido como o ato que se vale de uma forma lícita aparente para, em verdade, realizar uma ilícita intenção oculta. Ora, se o objetivo do Governo Federal, ao decretar a intervenção, reside no enfrentamento de uma insegurança fora de controle, por que tal prática se dá em uma unidade federativa que, segundo dados do próprio governo, na versão mais recente do Atlas da Violência produzido por uma autarquia chamada IPEA, não possui nenhuma cidade entre as 10 mais violentas do país e situa-se na 19ª posição entre os estados com maior número de homicídios?

Ademais, se o escopo reside na preservação da vida e da segurança das pessoas, o que justifica uma medida de mais intensa militarização e de aprofundamento da assim-chamada “guerra às drogas”, quando inúmeros trabalhos científicos comprovam, sob sólidas bases empíricas e metodológicas, que se trata de caminho que não reduz o consumo de entorpecentes, mas apenas aumenta o contingente de pessoas mortas pela violência praticada pelo Estado e pelas organizações criminosas?

Se o objetivo do governo reside, de fato, em alcançar índices de criminalidade menores, quais são as experiências de atuação das Forças Armadas no combate ao crime que, na experiência pretérita ou comparada, produziram tais resultados? Como é de amplo conhecimento, as ações de GLO – Garantia da Lei e da Ordem – já implementadas como prelúdio da federalização no Rio de Janeiro jamais impactaram sobre a redução dos delitos ou a promoção da segurança naquele estado.

Adicionalmente, a militarização do combate ao tráfico de drogas ostenta, na experiência internacional, poucos exemplos concretos, sendo o mais clamoroso o do México, onde esta medida está comprovadamente associada ao fortalecimento dos cartéis, ao aumento da corrupção e à descontrolada escalada nos índices de homicídios. De outro lado, países que seguiram caminhos opostos, dissociando o uso de drogas do direito penal, como Portugal, experimentam resultados auspiciosos tanto no âmbito da saúde pública, como no que tange à segurança. Temer, portanto, praticou um ato simulado, ao manifestar promover a paz e a redução do crime quando, sabidamente, não adota

medida apta para tal objetivo. A intenção do ato, assim evidente em sua qualificação como “jogada de mestre” pelo presidente, reside apenas em tentar reverter a baixíssima popularidade a acometer a gestão para a qual nunca fora eleito pelo voto popular.

ii) A intervenção é ilícita também sob o prisma dos ditames constitucionais que delimitam o assunto. Primeiramente, registra-se que o Decreto de Intervenção fora publicado sem a prévia consulta ao Conselho da República, ato necessário à sua validade, na forma do artigo 90, I, da Constituição. A ulterior convocação desse colegiado não é capaz de convalidar o ato. É uma medida tão ilegal como seria a de se dar posse a um servidor em um cargo público, aguardando que, posteriormente, seja aprovado em um concurso. Há outra nulidade no ato normativo em questão: o parágrafo único do artigo 2º do Decreto 9.288/2018 prescreve que o cargo de interventor possui “natureza militar”.

Ora, ao desvirtuar a natureza de uma função pública, transformando uma atividade civil em militar para ampliar os poderes das Forças Armadas além do que prevê o artigo 142 da Constituição da República, o Presidente pratica crime de responsabilidade (cf. art. 60, 8, da Lei 1.070/1950). As ilegalidades prosseguem: uma vez decretada a intervenção, o Comandante do Exército, General Vilas Boas, asseverou que os militares devem ter garantias para atuarem sem que uma nova “Comissão da Verdade” tenha lugar. Quando uma autoridade militar vem a público para pedir que o caput do artigo 37 da Constituição, a dispor sobre o princípio da publicidade na administração pública (o que pressupõe o direito de se instaurar comissões de verdade) não se comunique aos militares interventores, fica evidente que a democracia e o primado da Constituição já cederam terreno ao arbítrio fardado. A intervenção segue a sua rota de ilegalidades ao implicar, nos termos de inúmeros pronunciamentos do General interventor, os pedidos de “mandados de busca e apreensão coletivos”, por meio dos quais as populações mais pobres são despojadas do direito fundamental à inviolabilidade domiciliar.

Um país onde um Decreto adotado sob pretexto que cientificamente se comprova como incompatível com seus alegados propósitos; onde o Conselho da República não é ouvido antes da publicação de um ato para o qual a Constituição prevê a sua consulta; onde funções civis são transformadas em militares sob frontal violação ao texto constitucional; onde o Comandante do Exército declara rejeitar comissões da verdade; e onde um General clama por mandados para violar os domicílios dos mais pobres indiscriminadamente é, sem dúvidas, uma adequada descrição de uma ditadura militar. Um estado da federação que antecipe estes atributos perfaz, com efeito, um laboratório deste tipo de regime.

*Francisco Tavares é professor da Faculdade de Ciências Sociais (FCS/UFG) e do Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos da UFG. Bacharel em Direito e doutor em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

“ Temer, portanto, praticou um ato simulado ao manifestar promover a paz e a redução do crime quando, sabidamente, não adota medida apta para tal objetivo ”



Felipe Magalhães
Bambirra*

Assédio moral na UFG: há vigor na Resolução 12/2017 do Consuni?

O assédio moral é uma espécie insidiosa de violência. De forma sorrateira e à conta-gotas, destila seu veneno contaminando aquilo que nos torna mais humanos, nossas relações sociais. Como nos ensina Axel Honneth, filósofo alemão contemporâneo, somos seres carentes de reconhecimento e de toda a ética social, partindo da subjetividade a laços sociais mais desenvolvidos, com base na solidariedade, passa pela afirmação da autoconfiança, autorrespeito e da autoestima, imprescindíveis a uma sociedade decente. O contrário do reconhecimento é a indiferença e o menosprezo (Mißachtung), que pode se dar nestas várias esferas, como violência direta, física e psicológica, a lesão (Beleidigung) à honra (Ehre) e à dignidade (Entwürdigung), levando à reificação. Comprometem-se, assim, projetos de vida e sociais, solapando projetos de autorrealização pessoais e institucionais.

O assédio moral é mal arraigado em nossa violenta sociedade¹. Porém, na UFG, há verdadeira endemia de assédio moral – realidade também presente em tantas outras universidades. Nesta perspectiva, trata-se de problema muito mais grave que parece à primeira vista, isto é, como uma lesão a direitos individuais. O que está em jogo, e severamente comprometido na ausência de adequada profilaxia, é o próprio desenvolvimento institucional e significado social da UFG como ambiente apto ao ensino, extensão, pesquisa e inovação: um verdadeiro ecossistema que, pela sua missão e vocação, precisa ser acolhedor, compreensivo, aberto, plural, amistoso, isonômico, enfim, agradável à convivência.

A comunidade acadêmica vem tomando partido sobre o assédio moral, e a Resolução Consuni/UFG n. 12, de maio de 2017 – prestes a fazer seu primeiro aniversário – foi uma resposta à esta indignação e um grande avanço da gestão Orlando do Amaral.

O servidor assediado tem a sua dignidade abalada, a saúde mental colocada em risco, e, em regra, acaba por apresentar transtornos, queda de produtividade, depressão, isolamento, dentre outros sintomas. Em suma, fere-se um grande grupo de direitos fundamentais, o que ressalta a relevância do tema. Do ponto de vista institucional, é comum haver maior incidência do assédio exatamente sobre servidores altamente produtivos ou que, de qualquer outro modo, destacam-se.

Juridicamente, além da citada Resolução n. 12/2017, que permite a punição do assediador e confere direito de remoção ao servidor assediado, há outros elementos normativos que coíbem tal prática. Apesar de não existir lei sobre o assédio moral na Administração Pública Federal, já tramitam projetos para corrigir esta falha. Isto não quer dizer que o servidor público e alunos estejam legalmente desamparados, pois os ilícitos administrativos são redigidos de modo abrangente, enquadrando-se tais condutas, a depender do caso, no artigo 116, IX e XI da Lei Federal nº 8.112/90, que, combinado com os artigos 129 e 130, pode resultar em advertência

e suspensão. Dependendo da gravidade do assédio, as consequências podem ser mais severas, como a demissão, conforme o artigo 132, IV. Ainda, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei Federal nº 8.429/92), no artigo 11, caput, considera ato de improbidade administrativa qualquer ação ou omissão que viole princípios retores da Administração Pública, o que abarca, conforme jurisprudência, o assédio moral e sexual. Deve-se frisar que, caso a autoridade administrativa responsável, comunicada do fato, não tome as medidas legais cabíveis (apuração disciplinar do fato, remoção do servidor e notificação ao MPF, na hipótese de crime), poderá ser igualmente responsabilizada, por improbidade administrativa e, eventualmente, na esfera penal.

Apesar do avanço da Resolução Consuni 12/2017, a maior preocupação, neste momento, é se realmente os direitos lá previstos

serão levados a sério. Pela nossa experiência, podemos afirmar, com segurança, que há muito a aprimorar institucionalmente. Os órgãos administrativos não estão preparados para lidar com a questão do assédio moral, sobretudo do ponto de vista jurídico. Há graves falhas na condução de processos apuratórios, principalmente em casos envolvendo grupo assediador, quando vem sendo feita a equivocada opção de se apurarem os fatos isoladamente, e não em conjunto, como seria devido.

É, ainda, necessária maior sensibilização dos profissionais que vão lidar com a situação, não apenas na Administração Central, mas, principalmente, nas comissões de sindicância e PAD. Neste ponto, inclusive, já sugerimos a formação de comissões permanentes, para lidar com assuntos de alta complexidade, envolvendo profissionais de várias áreas. Além disso, há significativas reservas, por parte da Reitoria, à citada Resolução, especialmente devido à preocupação de eventual excesso de pedidos de remoção, já que se trata de problema endêmico, o que pode gerar

dificuldades administrativas. Porém, reafirma-se, trata-se de direito do servidor duramente conquistado.

Cabe à comunidade acadêmica manter-se vigilante e atenta a estas questões, bem como cobrar não apenas belos discursos e encômios à Resolução 12/2017, mas que seja realmente aplicada e a norma vigore de fato. Assim, daremos mais um passo para que todos, docentes, servidores técnico-administrativos e discentes, tenhamos a UFG que queremos, sonhamos e merecemos.

1 - O assédio moral atinge, no Brasil, cerca de 36% da população trabalhadora. Comparativamente, a taxa em países europeus varia entre 16,3% (Reino Unido) a 7,3% (Alemanha). Estamos tratando, portanto, de uma verdadeira epidemia (<https://www12.senado.leg.br/institucional/programas/pro-equidade/pdf/cartilha-de-assedio-moral-e-sexual>).

*Felipe Bambirra é advogado e professor colaborador do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Direitos Humanos da UFG. Pós-Doutor em Direitos Humanos pela UFG e doutor e mestre em Direito pela UFMG.

“ O servidor assediado tem a sua dignidade abalada, a saúde mental colocada em risco, e, em regra, acaba por apresentar transtornos, queda de produtividade, depressão, isolamento, dentre outros sintomas ”

RESPINGOS

Notícias do movimento docente, da vida na UFG e de questões jurídicas sobre o magistério superior

Custeio e capital

Professor Edward disse, em reunião no ICB, que quase 80% do orçamento de capital (obras e infra-estrutura) para esse ano está retido no MEC. Além disso, as contas de energia (orçamento de capital) estão atrasadas há 4 meses e a universidade negocia com a ENEL para não interromper o fornecimento.

UFMT

Na UFMT as notícias são boas: o MEC liberou R\$ 8,5 milhões. O montante deve ser destinado a obras, laboratórios e mobiliário no campus Várzea Grande. A maior parte dos recursos vai para construções que foram iniciadas em 2014 e estavam paralisadas.

Vocação

Após deixar a reitoria da UFG, o professor Orlando Vale do Amaral vai assumir a presidência da Fundação de Apoio à Pesquisa da UFG, a Funape. A decisão foi votada no Consuni do dia 23 de março.

Contribuição sindical

A Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), do Ministério do Trabalho, emitiu nota em defesa da cobrança obrigatória da contribuição sindical. Desde novembro de 2017, após a reforma trabalhista, a cobrança só pode ser feita se o trabalhador autorizar por escrito.

Acordo coletivo

A nota é assinada pelo ex-secretário Carlos Cavalcante de Lacerda e diz que a contribuição sindical “pode ser consumada a partir da vontade da categoria estabelecida em assembleia geral”.

Base legal

O jornal Folha de S. Paulo afirmou que Cavalcante, que foi exonerado em 03/04, deixou o cargo como consequência da nota. A SRT disse ao JP que a motivação é pessoal e que o pedido de afastamento é antigo. A SRT também informou que até o fechamento do jornal a AGU não havia se manifestado oficialmente sobre o conteúdo da nota.

Resistência

O presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Ildeu de Castro Moreira, cobrou dos pesquisadores brasileiros pressão ao governo para que os R\$ 500 milhões contingenciados em fevereiro sejam repostos imediatamente. “Se a gente não fizer, ninguém vai fazer por nós”, declarou.

CRISE NA UNB

A reitora da Universidade de Brasília, Márcia Abrão, anunciou que a partir de maio a instituição não terá dinheiro para pagar as contas. O déficit é de R\$ 92,3 milhões. Ao Correio Braziliense Márcia afirmou que solicitou a liberação de mais recursos ao MEC mas não obteve sucesso. Desde o ano passado, 23% dos contratos de prestação de serviços da UnB foram reduzidos, o que totaliza 350 demissões. Segundo a assessoria da UnB, a opção pelas demissões foi das empresas terceirizadas. Em 2018 serão necessárias mais reduções, de R\$ 39,8 milhões, nas despesas. Serão feitos ajustes em contratos de prestação de serviços, rediscussão da política de subsídios ao RU e mudanças na gestão dos contratos de estágio. O Governo do DF ofereceu apoio à UnB e, juntos, discutiram proposta de mudança legislativa para a utilização de recursos próprios da UnB, segundo o Correio Braziliense.



Stefanny Alves

Membros do Centro de Resgate Lapidando Tesouros demoliram as construções do novo lote do Adufg-Sindicato. O material da construção foi doado para a ONG, que trabalha com a reabilitação de dependentes químicos e alcólatras.



Bárbara Zaiden

O sindicato adquiriu dois novos terrenos, um deles na rua 229, na Vila Nova. A intenção é construir um estacionamento para maior segurança e comodidade de quem frequenta a Sede Administrativa e o Espaço Saúde. A proposta ainda deve ser votada em assembleia.

Assistência

O presidente da Andifes, Emmanuel Tourinho (UFPA), está preocupado com a falta de recursos para a manutenção de serviços de assistência aos alunos, especialmente os restaurantes universitários (RUs). Ele declarou estar pressionando o governo contra o congelamento dos recursos do Plano Nacional de Assistência Estudantil (Pnaes).

Concurso Seduce

O Conselho Universitário (Consuni) da UFG divulgou nota questionando o concurso público para professores da Educação Básica de Goiás. O edital é da Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Esporte (Seduce). São 900 vagas para professores de Matemática, Física, Química e Biologia.

Poucas disciplinas

“As disciplinas contempladas pelo Concurso Público anunciado, sem as demais áreas, não atende à finalidade de formação plena que a Educação Básica precisa e deve cumprir a serviço da formação cidadã em âmbito escolar”, diz o documento da UFG.

RPPN

O primeiro Sabadart de 2018 vai comemorar a transformação da Sede Campestre em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN). O lago também será reinaugurado. O evento é uma comemoração do sindicato ao 1º de maio será dia 28 de abril às 11 horas na Sede Campestre.

Representantes

As unidades acadêmicas que ainda não elegeram docentes para o Conselho de Representantes do sindicato devem fazer suas indicações. Nome, unidade, e-mail e telefone de contato dos indicados devem ser encaminhado para o e-mail secretaria@adufg.org.br.

Sint-Ifesgo

O Sint-Ifesgo está com nova diretoria. Foi eleita a chapa *Unidos para Lutar* por 646 votos contra 616. A nova diretoria tem Fernando Mota como coordenador-geral e Dayse Mary da Silva como vice-coordenadora.

Fotos: Bárbara Zaiden



Criadas universidades federais de Catalão e Jataí

O próximos passos a partir de agora dependem de indicações do MEC

A criação das universidades federais de Catalão (UFCat) e Jataí (UFJ) foi oficializada pelo Governo Federal em 20 de março, após “longa e ansiosa espera”, segundo a diretora da extinta Regional Catalão, professora Roselma Lucchese. As próximas etapas do processo dependem do cronograma e de algumas ações do Ministério da Educação (MEC): escolha da universidade tutora para guiar as novas instituições durante a estruturação administrativa e indicação de uma equipe para a reitoria *pro tempore*, que vai ficar à frente dos processos durante esse período de adaptação, com criação de novo estatuto e regimento, além da convocação de eleições para a primeira reitoria.

O mandato inicial do cargo *pro tempore* é de seis meses mas pode ser prorrogado. A universidade nova fica vinculada à universidade tutora até alcançar a independência na gestão. O tempo é indefinido, pode variar de um até cinco ou seis anos, em casos já existentes. “A partir do momento que se tem reitor, estatuto e regimento, é só o tempo para ela [a universidade] terminar de se estruturar”, explica o diretor para Assuntos Interinstitucionais do Adufg-Sindicato e professor da UFJ, Luis Contim. “Ao se sentir independente para gerir seus recursos, ela pode se desvincular da sua universidade tutora. A gente deseja que esse processo aconteça o mais rápido possível em um prazo de dois a três anos, mas isto pode se estender”, diz.

A professora Roselma relembra que a criação da Universidade Federal de Catalão (UFCat) é fruto de um movimento histórico, político

e criativo, que envolveu muito esforço: primeiro a instituição era ‘campus avançado’ e foi transformada em ‘campus’, para mais recentemente ser uma Regional da Universidade Federal de Goiás (UFG).

Roselma afirma que a criação das universidades é um ganho para a comunidade acadêmica, mas se estende por toda a região. “Os impactos para essa região são importantíssimos, sobretudo sociais, financeiros e ligados à produção de conhecimento e valorização da cultura loco-regional”, disse. Ela enfatizou o êxodo de jovens para a cidade para frequentar a univer-

sidade e, assim, se tornam consumidores dos serviços regionais e contribuem com a economia local.

Mas o maior ponto positivo é a independência financeira, o orçamento direto do MEC, e não mais dependente de divisões da UFG. Isso vai garantir, além de outros aspectos, agilidade na criação de cursos de graduação e pós-graduação e fortalecimento dos existentes. “Agora as nossas decisões serão focadas no fortalecimento dos cursos existentes, que vai envolver busca de recursos e as interações com os outros órgãos públicos e privados, por meio de parcerias e convênios, sejam mais efetivas”, adiantou o atual diretor da extinta

Regional Jataí, professor Alessandro Martins.

“Tendo uma reitoria centralizada na cidade, o reitor e a universidade poderão focar na questão local: não apenas nas acadêmicas, mas no diálogo com a sociedade”, explica o professor Luis Contim. O diretor do Adufg-Sindicato ressalta que grandes desafios vêm pela frente, mas lembra que com a nova distribuição orçamentária, e maior autonomia para as universidades, vão contribuir para a consolidação da UFJ e da UFCat.

“A criação das duas universidades é de suma importância para

co-administrativos, 40 de direção, 222 funções gratificadas e duas funções comissionadas.

Atuação sindical

Desde 2012 o Adufg-Sindicato possui registro sindical e reconhecimento na Justiça do Trabalho sobre a sua atuação em todo o território goiano para representar os docentes das universidades federais. Atualmente, o sindicato possui subseções nas duas cidades e planeja a ampliação dos espaços já existentes. Para atender às novas universidades, a diretoria estuda alterações no estatuto para ampliar a autonomia da atuação sindical nas cidades.

“É muito importante que o Adufg seja incisivo nas atuações sindicais nas novas universidades, principalmente estando mais próximo dos filiados, aumentando a sua ação de apoio principalmente na prestação de serviço”, explica Contim. Ele ainda afirma que levar para as subseções atendimentos que atualmente são restritos à capital, como o do Espaço Saúde, é um dos passos importantes.

“O Adufg-Sindicato, hoje, não é mais apenas um sindicato. São oferecidas atividades de associação, que fogem do caráter estritamente político, nós vamos além disso. Isso é algo que os professores procuram muito, eles querem benefícios que compensem a colaboração financeira”, completa o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva. Ele ainda salienta a disponibilidade do sindicato para auxiliar à UFJ e a UFCat durante o processo de adaptação e mudanças que vem pela frente.

Ao todo, serão criadas 682 novas vagas para as duas universidades

as regiões de Catalão e Jataí, principalmente porque a universidade dialoga com os setores produtivos. Isso vai potencializar a geração de empregos e de renda, colaborando significativamente com o crescimento e o desenvolvimento das cidades”, afirma o presidente do Adufg-Sindicato, professor Flávio Alves da Silva.

A previsão é que a UFCat realize concurso para 81 cargos efetivos de servidores técnico-administrativos, além de ser autorizada a criar 40 cargos de direção, 225 funções gratificadas e cinco funções comissionadas de coordenação de curso. Já em Jataí serão 67 novos cargos efetivos de técni-

Projeto de pesquisa da EVZ combate a raiva em território Apinajé

Em 1998 foram confirmadas duas mortes por raiva em uma das aldeias pertencentes ao território indígena Apinajé, no nordeste do Tocantins, próximo à divisa com o Maranhão. Para evitar mais contaminações e possíveis mortes, a então presidente da Fundação de Medicina Tropical do Tocantins (Funtrop), Regina Maria de Siqueira Campos, convidou o professor da Escola de Veterinária e Zootecnia da Universidade Federal de Goiás (EVZ/UFG), Aires Manoel de Souza, que coordenava dois projetos de extensão sobre raiva: *Controle da raiva dos herbívoros e Biologia e controle de morcegos*.

“A Dra. Regina me convidou para desenvolver um trabalho de pesquisa na região, juntamente com técnicos da Funtrop. Fiquei orgulhoso e satisfeito com o convite”, conta Aires. O projeto teve início, de fato, em 2005 e buscou conscientizar os indígenas Apinajé para evitar uma possível epidemia de raiva na região. “Fizemos um processo de educação sanitária na área indígena”, explica o professor, “Ministramos palestras em 42 aldeias com a participação de toda a comunidade indígena, incluindo adultos e jovens”. O lema da campanha foi, segundo o professor, *Tema a raiva, não o morcego*.

Ao longo dos anos dessas atividades, que começaram como um projeto de pesquisa e depois foi transformado em projeto de extensão, o professor percebeu que problemas ambientais, especialmente o desmatamento amazônico, tinham cada vez mais impacto no território Apinajé do Tocantins. A consequência foi o aumento da população de morcegos hematófagos, que se alimentam de sangue, principalmente do gado introduzido nas novas pastagens. Porém, os humanos da região também podem servir como fonte alternativa de alimento para os quirópteros (nome científico da ordem desse mamífero).

Uma das preocupações encontradas foi o fato de que o povo Apinajé habitualmente se alimenta de morcegos. “O Apinajé tem o hábito de comer morcego. Eles fazem o moqueado de morcego, eu mesmo comi lá: eles cozinham,

Ao invés de transformar os hábitos alimentares de povos indígenas, o projeto ensinou cuidados no manuseio de morcegos



Professor Aires realizou o projeto por 13 anos



Festa Apinajé no ano de 2017

colocam pimenta, sal e farinha”, conta Aires. O professor ressalta que a transmissão de raiva não se dá através da comida e sim pela mordida do animal: “Como o índio adquire raiva? Uma das maneiras seria ele estar dormindo e o morcego vai se alimentar à noite. Se ele [morcego] estiver raivoso, o ato de sugar o sangue [da pessoa] pode transmitir a raiva. Outra forma seria durante a captura para comer: o morcego pode morder para se defender”.

Durante a pesquisa não foi encontrado nenhum animal contaminado, mas o fato não exclui a possibilidade do vírus ainda estar presente no território Apinajé. “Não encontramos nenhum morcego positivo [com raiva], mas isso não descarta a possibilidade de ter o vírus rábico circulando, pois fizemos coletas por amostragem. É uma área de alerta, então é preciso fazer mo-

nitoramento contínuo”, disse. As medidas educativas e preventivas tiveram resultado: “Houve uma redução nas escoriações e mordidas. Eles compreenderam que existe um risco em ter contato direto com o morcego”.

Metodologia adaptada

Inicialmente, para evitar o risco de contaminação, foi proposto que as aldeias procurassem outras fontes de alimento. “O nosso objetivo foi convencê-los a não usarem o morcego na alimentação. O governo do Tocantins quer incentivá-los a levar bovinos, aves ou suínos para serem criados nas aldeias e usados como fontes de proteína animal”, explica Aires. Mas a iniciativa não deu certo, em boa parte por fatores culturais, principalmente porque os povos indígenas utilizam animais silvestres na alimentação.

Consequentemente, a es-

tratégia que antes era uma proposta de mudança de hábitos alimentares, foi transformada em educação sanitária. “Eles continuam comendo os morcegos”, afirma o professor, que também deu orientações sobre o uso de luvas durante a captura para evitar as mordidas. Ele completa: todo morcego pode transmitir raiva para o homem, inclusive os que não são hematófagos (que não se alimentam de sangue). Outra medida foi a indicação do uso de telas nas janelas para impedir a entrada dos animais à noite.

Durante as viagens para o território Apinajé (foram mais de 16 ao longo de 13 anos), o professor conta que foi sempre muito bem recebido e que também ficou impactado pela carência em que vivem os povos indígenas. “É muito chocante ver a situação em que os índios vivem. Há uma deficiência muito grande. Há muito que pode ser feito por eles, mas nada é feito”, disse o professor, “As aldeias são muito carentes, não apenas de recursos, mas também de informação, o que foi a nossa principal função: levar informação”.

Devido à distância, Aires explica que os alunos do projeto de extensão da EVZ não vão até as aldeias, mas entram em contato com os morcegos nos laboratórios. “Em função da distância e porque ficamos lá por longos períodos de tempo, é complicado levar estudantes. Aqui eles estudam sobre a raiva, têm contato com os morcegos e participam dos diagnósticos”, relata. Após 13 anos de desenvolvimento do projeto com os povos indígenas Apinajé do Tocantins o professor diz que pode considerar, enfim, o dever cumprido: “O projeto foi muito bem elaborado, muito bem executado”.

Além dessa pesquisa, Aires Manoel desenvolve outros 12 projetos de extensão e se considera um dos grandes extensionistas da universidade. Ao se aproximar da aposentadoria, ele enfatiza que só trabalha nisso quem gosta: é necessário paixão para lidar com as adversidades. “Muitas vezes é difícil encontrar quem quer fazer extensão, é trabalhoso, é caro. Porém também é muito gratificante”, finaliza.

Luta e resistência dos po

Mais de 500 anos depois da chegada dos portugueses,

No dia 19 de abril é celebrado o Dia do Índio. Logo depois, no dia 22, o Descobrimento do Brasil. Duas datas contraditórias que permanecem assim no calendário, uma ao lado da outra. Mais de 500 anos após a chegada dos europeus à costa brasileira os povos indígenas ainda se deparam com a invisibilidade, são rodeados por preconceitos e virtualmente desconhecidos, ainda, em suas culturas e história pelos não-indígenas. O professor Elias Nazareno (foto), da Faculdade de História (FH), explica que por isso é fundamental espalhar o conhecimento sobre os povos indígenas e defender suas tradições. Ele integra o corpo docente do curso de Educação Intercultural Indígena da UFG que, desde 2007, já formou cinco turmas de educadores indígenas de 25 povos diferentes. No curso, são formados professores para educar os jovens e crianças nas aldeias, levando em consideração “seus próprios saberes, tradições e cultura”, segundo ele.

O professor Nazareno conta que em 1500 o Brasil possuía cerca de 1300 povos, cada um com suas próprias línguas e costumes. Hoje são cerca de 320 povos e 200 línguas preservadas. “Diante do desconhecido, a reação foi de muita violência. Tudo isso gerou um processo de genocídio e epistemicídio”, explica. Dali em diante, o indígena estaria inserido em um projeto ocidental de colonização que sempre o colocaria sob a tutela do Estado, em uma posição passiva e infantilizada. 51 anos depois, em 1551, veio a Controvérsia de Valladolid, que pôs fim à escravidão indígena, mas que deixou os povos livres para um agressivo processo de assimilação, em que eles podiam ser catequisados e no qual a língua portuguesa era imposta sobre as línguas maternas.

“A primeira coisa que os portu-



Nazareno (FH) defende o ensino de história indígena nas escolas

gueses trazem para o Brasil é a escola, liderada por religiosos, montada para os indígenas no afã de assimilá-los e integrá-los à cultura ocidental de um homem branco, cristão e heterossexual que chegou à América”, afirma Nazareno. É o processo de colonialidade do poder “em que o europeu determina o indígena como ‘o Outro’ e não tem interesse em saber o que o indígena pensa de si mesmo”, finaliza. Esse processo, explica ele, se estendeu pelos séculos, sempre com o indígena sob a tutela do Estado, até a Constituição de 1988. “Eu costumava dizer que o excesso de atenção do Estado em relação aos índios foi sua desgraça pois levou a um processo muito violento do apagamento de seus conhecimentos”, conta.

A Constituição “pela primeira vez reconhece o Brasil como um país plurilíngue e pluriétnico com centenas de povos e línguas diferentes. Isso altera todo o modelo de educação indígena que existia até então

porque a educação estava a cargo da Funai e só então passa a fazer parte do MEC”. É daí que vem todo o projeto de formação de professores indígenas, pois, até aquele momento, a educação nas aldeias era feita por brancos. É um processo longo que só começou a efetivamente sair do papel em 2003.

Isso tudo contribuiu para que fossem mantidos estereótipos e mitos ao redor da figura do indígena. O pesquisador destaca a negação da contemporaneidade: “Essa forma equivocada é usada para categorizar as populações que estão mais ou menos ‘desenvolvidas’. Então os ocidentais são ‘desenvolvidos’ e os índios estão ‘no passado’”, explica, “você escuta comentários sobre os nossos estudantes aqui, ‘olha lá, tá usando tênis, tá usando celular, computador, esse cara não é índio’, mas na verdade é essa negação da contemporaneidade como se os indígenas estivessem estáticos no passado”.

Outro preconceito arraigado é o de enxergar o indígena como preguiçoso. Nazareno explica que a noção de tempo da sociedade capitalista contemporânea simplesmente não existe para esses povos nativos. “Nós planejamos e organizamos a nossa vida para que no futuro nós tenhamos uma vida mais tranquila. Mas o indígena vive o dia: se ele tá com fome, ele vai caçar e pescar. Ele tem outros afazeres muito mais ligados à natureza do que nós. Muitos povos indígenas sequer têm a palavra ‘tempo’ no seu vocabulário, eles enfatizam muito mais o lugar”.

Portanto, o preconceito nasce da prática colonial do branco tentar impor seu modo de vida sobre estes povos. “Essa ideia de preguiça é [originada] de que: se o cara não ocupa o tempo dele, o dia todo, para produzir algo, no sentido de acumular para que ele tenha uma reserva lá na frente, então esse cara é um preguiçoso, ele não pensa em nada”, afirma Nazareno. O professor ainda destaca a diferença na noção de riqueza e acúmulo, que impregna a sociedade brasileira, europeizada.

O indígena no século XXI

Não é novidade que preservar a cultura, atualmente, é um trabalho de resistência enfrentado por diversos povos tradicionais. Com os indígenas, as dificuldades se dão não apenas devido ao idioma, mas até mesmo por problemas como alimentação industrializada e acúmulo de lixo. “A invasão é uma coisa avassaladora. Trabalhamos muito com a ideia de retomada da alimentação tradicional, a roça de toco, a alimentação saudável. Tem entrado muitos alimentos industrializados nas aldeias, o que tem acarretado uma série de problemas como pressão alta, diabetes. O álcool também entra de forma violenta nas

Empoderamento da Mulher

CADERNO ESPECIAL DO JORNAL DO  PROFESSOR - ABRIL DE 2018



O Grupo Gwaya foi fundado em 1992 e esse ano participa do Circuito Nacional de Romarias das Histórias



Professora Edvânia Braz

A força feminina na contação de histórias

Grupo Gwaya tem participação com maioria esmagadora de mulheres e contribui com o empoderamento

São inúmeras as histórias, poesias, contos, que narram a superação feminina, os conflitos com baixa auto-estima e contribuem com o processo de empoderamento, de descoberta dos próprios sentimentos e convicções das mulheres. A explicação é da professora Edvânia Braz, coordenadora do Grupo de Contadores de Histórias Gwaya, da Universidade Federal de Goiás (UFG).

“No grupo, a gente costumar dizer que o Heder e o Wellington são guerreiros, porque os homens vêm e vão embora. As mulheres vêm e se apaixonam”, afirma a professora. Segundo ela, os motivos são diversos: as mulheres verbalizam o que sentem, os homens são criados para não expressar sentimentos; a mulher se envolve mais com o sentimento desperto na leitura de uma estória; e percebe que aquela história vai trazer um sentimento para as palavras e contagiar o público.

Denise Batulevicius, da Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte de Goiás e professora da rede básica de educação, participa do grupo desde 2014. Ela acredita que a força das mulheres é fruto da identificação com as histórias contadas e com as vivências das outras mulheres: “é uma energia de trocas entre as mulheres, de sororidade”, diz.

A professora relembra que sempre, mesmo antes de se tornar uma contadora, acreditou no poder da história para inserir mais valores a um conteúdo. “A atitude do professor e o que ele é falam muito mais alto do que o que ele diz”, afirma a docente de Língua Portuguesa, que motivava os seus alunos a lerem graças à paixão que tinha pela Literatura.

As professoras ainda explicam que a contação de histórias é diferente do teatro, pois nela, a voz de quem

narra é responsável por criar, na imaginação do público, os espaços, os figurinos e as personagens. Enquanto o ator faz a cena, o contador conta a história. “Você jura que viu aquilo, você acredita no que o contador está falando”, afirma Edvânia.

A professora aposentada do Centro de Ensino e Pesquisa Aplicada à Educação (Cepae) está há 18 anos na coordenação do Grupo, que é um programa de extensão vinculado ao Cepae. São trabalhadas performances da arte cênica para contar histórias, mas o foco é a formação de novos contadores de história.

Criado em 1992, nesse ano o Grupo Gwaya completa 26 anos desde sua fundação. Atualmente, a maior procura entre os estudantes é para validar as aulas como disciplina eletiva, mas a participação é aberta a toda a comunidade e o objetivo é proporcionar a renovação constante. Para ser membro efetivo do Gwaya,

é necessário fazer um pequeno curso de contação e depois passar por um estágio. “O grupo vem se renovando, temos essa perspectiva de que se deve ficar enquanto seja apaixonante viver essa experiência”, defende a coordenadora.

Denise conheceu o Gwaya num momento delicado: quando precisou se afastar da sala de aula por motivos de saúde. Ali, encontrou espaço de expressão, além de uma forma de matar as saudades de lecionar. Se é um casamento? Ela acha que é melhor que isso, é um namoro muito feliz.

“Na primeira vez que vi a Edvânia contando uma história eu pensei ‘quero fazer isso’. Ela falou uma coisa que nunca me esqueço ‘as histórias te encontram e começam a fazer parte de você’”, relembra. Tanto Edvânia quanto Denise concordam: a contação de histórias é uma paixão violenta e inseparável.

Fotos: Bruno Destéfano



A primeira edição do Circuito foi em Goiânia, nos dias 17 e 18 de março de 2018

Informar para em

A ONG FEMINISTA THINK OLGA ATUA NO BRASIL DESDE 2013 COM O INTUITO DE EMPODERAR MULHERES E TEM COMO PRINCIPAL FERRAMENTA A INFORMAÇÃO: SÃO FEITAS CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO, REPRESENTATIVIDADE, EDUCAÇÃO E ACOLHIMENTO. COM O LEMA “A INFORMAÇÃO É O PONTO DE PARTIDA PARA UM MUNDO MELHOR”, UM DOS PRINCIPAIS TEMAS DAS AÇÕES É “CONHEÇA SEUS DIREITOS”. JOYCE FERNANDES É UMA DAS MULHERES INTEGRANTES DA THINK OLGA E ESTEVE EM GOIÂNIA PARA PARTICIPAR DO CICLO DE DEBATES SOBRE EMPODERAMENTO DA MULHER, ORGANIZADO PELO ADUFG-SINDICATO. O EVENTO OCORREU NO AUDITÓRIO DA FACULDADE DE LETRAS (FL) NO DIA 26 DE MARÇO.

Jornal do Professor: Think Olga é uma ONG voltada para o empoderamento feminino. De que forma faz isso?

Joyce Prestes: A gente gosta de falar que a Olga é uma ONG de empoderamento feminino por meio da informação. Então a gente realmente acredita que as mulheres serão empoderadas, de verdade, quando tiverem conhecimento sobre os direitos que elas têm e que muitas vezes a gente acaba não sabendo. E, também, reconhecendo algumas agressões que a gente sofre que muitas vezes a gente acaba não entendendo ou não assimilando que aquilo é uma violência. A gente diz que quando as mulheres têm mais informação, elas conseguem ter mais soluções para conseguirem resolver as violências que acontecem nos seu dia-a-dia, ou até identificar essa violência e ajudar outras mulheres. A informação é muito importante.

JP: De que forma vocês alcançam o público feminino?

Joyce: Todo nosso conteúdo é divulgado através da internet. A Olga começou como um blog, em que a gente divulgava vários textos informativos sobre diversos assuntos do universo do feminismo. Isso começou a ganhar uma repercussão muito grande e a gente começou a expandir. A gente criou um grupo, agora existe uma página no Facebook e conseguimos alcançar uma relevância muito grande. Todo o conteúdo que produzimos é gratuito, para que todos consigam acessar.

JP: E como vocês trabalham a linguagem e os conteú-



Joyce Fernandes, da Think Olga, fala sobre acesso à informação

dos dos materiais?

Joyce: Tentamos transformar os conteúdos do feminismo (que podem ser complexos, e até muitas vezes mal interpretados), em uma linguagem simples para que qualquer mulher consiga ler e entender. Tudo o que conseguimos pegar, de informação que julgamos relevante para a mulher, transformamos em conteúdo que seja simples.

Já fizemos campanha contra o assédio, que é uma bandeira muito forte da Olga: a “Chega de

Fiu-Fiu”, é sobre assédio em lugares públicos; a “Primeiro Assédio” fala sobre os primeiros assédios que as mulheres sofreram na sua vida, que geralmente acontece com uma idade muito baixa. Essas são duas campanhas que ganharam uma repercussão muito grande nacionalmente, e que foram muito faladas fora do Brasil. [Com elas] Conseguimos movimentar muitas mulheres, que estavam falando desse assunto que até então era tratado como brincadeira. [O assédio era tratado]

Fotos: Bárbara Zaiden

como se fosse só um elogio, como se não fosse nada. Fomentando essa discussão, vimos que nenhuma mulher gosta de ser assediada na rua e que isso não pode ser encarado como um elogio.

JP: E atualmente, qual é o foco das campanhas?

Joyce: Nossa campanha mais recente é a “Olga Explica”, que são vídeos de 60 segundos explicando assuntos sobre os direitos que as mulheres têm e [muitas vezes] desconhecem. A gente fala sobre aborto legalizado, sobre os casos de aborto legalizado que temos no Brasil, sobre entrega protetiva, sobre laqueadura, alguns direitos que a mulher tem, mas que poucas vezes conhece.

JP: A Think Olga também oferece algum tipo de assistência?

Joyce: A gente não é uma ONG que presta assistência, apesar de recebermos muitas mensagens e sermos muito procuradas. Geralmente, quando as mulheres entram em contato com a gente precisando de ajuda, nós temos uma rede de apoio e indicamos essa mulher para outros lugares. Sempre assumimos o papel de disseminar informação e, caso ela precise de ajuda, nós divulgamos outras ONGs e instituições que podem acolher essa mulher.

JP: Recentemente o Brasil presenciou o assassinato de uma mulher negra, vereadora e que trabalhava com Direitos Humanos. Qual é a situação das mulheres negras no Brasil hoje?

Joyce: A situação da mulher negra no Brasil hoje é bem deli-

poderar



cada. Quando discutimos mulheres, muitas vezes partimos do pressuposto de que todas as mulheres são iguais, e sabemos que não é assim. Quando fazemos essa análise interseccional do feminismo, considerando todas as características que uma mulher pode carregar, vemos como é importante entender que as mulheres são diferentes para identificar as agressões que essa mulher sofre. A mulher negra no Brasil sofre uma violência de gênero, mas também sofre uma violência racial que às vezes é muito mais latente e que aparece primeiro que a violência de gênero. Pode ser que a violência de gênero acabe sendo um agravante da violência racial, o que nos deixa muito mais vulneráveis do que as mulheres que não são negras. Se você olha nos últimos dados do mapa da violência de 2016, o número de homicídios de mulheres negras aumentou em 54% e o de mulheres brancas diminuiu em 10%. Então quando se faz essa análise sob o viés racial vemos, de verdade, quem são as mulheres que estão morrendo no Brasil e podemos pensar em soluções que são mais efetivas. Se você parte do pressuposto de que todas as mulheres são iguais, você vai ignorar todas as pressões a que uma mulher negra está submetida. É importante pensar nessa diferença porque muitas sofrem violências sobrepostas.

JP: A Think Olga consegue traçar um perfil de público, ela atinge essas mulheres negras e as classes mais baixas?

Joyce: Hoje nosso conteúdo é muito divulgado na inter-

net, então nosso público acaba sendo bem diverso por isso. Mas entendemos que o Brasil é muito grande e que existem muitos lugares sem acesso à internet. Mesmo em São Paulo, onde estamos sediadas, muitas mulheres não tem acesso fácil. A forma que encontramos de alcançar essas pessoas é sempre participando de eventos presenciais, principalmente em escolas, universidades, onde podemos alcançar essas mulheres. Este ano estamos fazendo um esforço para levar nosso conteúdo aos lugares onde ele não chega. Embora a internet seja uma ferramenta muito forte, em que conseguimos fazer com que muitas mulheres falem sobre assuntos dos quais elas geralmente não conversam, ainda temos muitas que estão fora disso. Semana passada fomos a uma escola na periferia de São Paulo fazer uma palestra sobre assédio com meninas que tinham entre 10 e 14 anos; fomos em uma escola pública da zona leste de São Paulo também falar sobre assédio. A gente entende que se a gente não consegue chegar pela internet, precisamos estar nesses eventos para levar o que temos de conteúdo para quem não tem acesso. Temos consciência que isso ainda é pouco, que precisamos ganhar mais capilaridade nos locais mais afastados, mas é um esforço que sempre tentamos fazer. Por isso sempre que recebemos convite de escolas ou universidades tentamos participar, porque é um espaço que sabemos que vamos alcançar mulheres que talvez nunca ouviram falar sobre a Olga.

Bárbara Zaiden



Joyce e Fátima durante o Ciclo de Debates

Ciclo de Debates discute empoderamento da mulher

O evento fez parte da agenda do Mês da Mulher, organizada pelo sindicato

O Ciclo de Debates sobre Empoderamento da Mulher, organizado pelo Adufg-Sindicato, ocorreu no dia 26 de março no auditório da Faculdade de Letras (FL) do Campus Samambaia, na UFG. Para falar sobre o assunto foram convidadas a gerente de planejamento da ONG Think Olga, Joyce Fernandes, e a secretária geral da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE), Fátima Silva.

Um dos pontos em comum das falas de Joyce e Fátima foi a necessidade latente de ocupação das mulheres nos espaços de poder, para conseguir alcançar mudanças efetivas na realidade enfrentada especificamente pelas brasileiras.

“O corpo e a vida das mulheres sempre tiveram donos. Nossos corpos foram feitos para a esfera privada, enquanto os dos homens foram e são direcionados para a esfera pública. A Igreja estabelece padrões e costumes do que nós devemos seguir. No mercado de trabalho, mulheres ganham 70% em relação ao salário dos homens dentro de uma mesma função profissional”, foi a fala de abertura do debate, feita por Fátima Silva. Ela já atuou na Secretaria de Relações Internacionais da

Confederação e na vice-presidência da Internacional da Educação da América Latina (IEAL).

Joyce explicou quais são as funções e objetivos da Think Olga e defendeu a necessidade de interseccionalidade no movimento feminista. “Somos diferentes e partimos de lugares diferentes. Se não tivermos a visão interseccional durante os debates, estaremos excluindo diversas mulheres do assunto. Orientação sexual, raça e gênero são marcas de diferença e devem ser consideradas para ações e soluções mais abrangentes”, afirmou.

Fátima focou na atuação política e defendeu que a construção de uma sociedade brasileira mais justa, solidária e equitativa depende do fortalecimento do Estado Democrático de Direito. E reafirmou a necessidade de lutar contra as reformas trabalhista e previdenciária, propostas pelo Governo Temer. Afinal, especificamente as mulheres e os funcionários públicos são afetados pelas mudanças. “Que o 8 de março sirva para reafirmarmos as nossas bandeiras por equidade, igualdade, respeito. E que possamos cada vez mais dizer: nenhuma a menos!”, afirmou Fátima.

Mulher bonita é mulher que luta

“Mulher bonita é a mulher que luta” foi o tema da manifestação do dia 8 de março, em frente à Assembleia Legislativa de Goiânia. A ação foi fortemente marcada pela presença de mulheres do campo, em união às

mulheres que habitam as cidades. O local da manifestação foi uma proposta das mulheres do campo que têm pautas engavetadas na Assembleia sobre temas como a agricultura familiar, por exemplo.

A organização do evento foi de responsabilidade do Sint-Ifesgo, encabeçada pela diretora de Relações Étnico-raciais, de Gênero e Diversidade do sindicato, Michele Coutinho Oliveira de Andrade.

“Estamos protocolando hoje um documento constando violações aos direitos das mulheres em Goiás, que será o ponto-chave para exigir políticas públicas do governo ao longo do ano”, afirmou Michele.

Fotos: Stefanny Alves



1) “Juntas somos mais forte”, Michele Coutinho (esquerda), organizadora do evento

2) Pintura de vampiro no rosto em sátira ao presidente Temer

3) Mulheres indígenas com pinturas e acessórios típicos

4) A luta também pode ser divertida: manifestantes do MST dançam forró

5) Estudantes, professoras e trabalhadoras se uniram

6) A luta dessa pequena por direitos e pela liberdade começou desde cedo

Grupo Travessia homenageia professora Mindé Badauy

Evento celebrou as mulheres do Adufg-Sindicato e homenageou a ex-presidente do sindicato

Fábio Alves



Mindé é defensora da liberdade de ideias no meio acadêmico

Mindé durante a homenagem.

Na página 13 dessa edição o JP entrevista a professora sobre os 40 anos do Adufg Sindicato, a fundação e a luta contra a Ditadura.

O Grupo Travessia do Adufg-Sindicato comemorou o Dia Internacional da Mulher com evento realizado no dia 20 de março com um *happy hour*. Esse é o mês da mulher e o Adufg-Sindicato comemora 40 anos desde a criação do sindicato.

Mindé Badauy foi a primeira presidente eleita do sindicato, com longa carreira no âmbito da Educação, foi diretora do departamento de inovações educacionais do Ministério da Educação (MEC) por dez anos.

“Somos majoritárias na universidade. Precisamos de projetos e de trabalhos que proporcionem visibilidade à enorme violência à qual estamos submetidas”, declarou

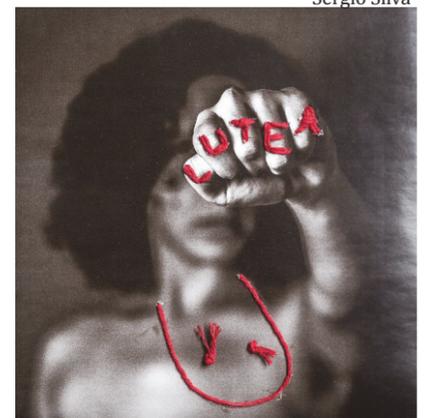
‘Sangria’: livro reconta história da mulher brasileira

Sérgio Silva

Obra de Luiza Romão está disponível na biblioteca do sindicato

“A História do Brasil sob o ponto de vista de um útero”. Esta é a premissa de Sangria, segundo livro de poesia da autora Luiza Romão, que é composto por 28 poemas, 28 fotos e 28 dias. O livro é publicado pelo Selo do Burro e traz uma reflexão sobre a História nacional, ligada à vida e à luta das mulheres. O próprio eu-lírico questiona: “o que dizer de um país cujo nome vem de ‘pau’-brasil”?

Cada um dos 28 poemas é acompanhado por uma imagem composta por fotos, de autoria do fotógrafo Sérgio Silva. O ensaio mistura imagens em preto



O livro é composto por “28 poemas, 28 fotos e 28 dias”

e branco, do corpo de Luiza, com detalhes e construções em vermelho, especialmente objetos metálicos como pregos e fechaduras. A edição é bilíngue – em português e espanhol – e possui prefácio da estudiosa Heloísa Buarque de Hollanda.

vos indígenas brasileiros

povos tradicionais indígenas ainda lutam por espaço e voz

aldeias”, conta o professor.

O pesquisador ainda comenta sobre o extinto projeto da Base Nacional Curricular Comum (BNCC), que propunha alterações no modelo de educação no Brasil. Na sessão da História, o projeto visava rever o atual modelo de ensino, que é focado na Europa, e incluiria história e cultura indígena e africana para reverter o apagamento.

“Foi uma ideia interessante, mas isso causou muita resistência por parte da elite. A área de História foi muito questionada quando se falou de mudar esse modelo europeu de ensinar História Antiga, Medieval, Moderna e Contemporânea que não tem nada a ver com a gente”, disse Nazareno. “A ideia era transformar tudo isso em uma coisa mais contextualizada com a nossa própria História. Por que não mais História da África e indígena?”, questiona. Porém, após a instauração do governo Temer, o projeto foi cancelado.

Nazareno lamenta, pois acredita que ensinar a história e os costumes indígenas é uma forma eficaz de conscientizar a população geral sobre estes povos, além de ser uma preservação cultural. “A grande questão é que essa ignorância dos não-indígenas em relação aos indígenas é uma ignorância danosa, inclusive para os não-indígenas. Porque o acesso a toda essa riqueza fica comprometido. Ignorar o indígena é ignorar a si mesmo. Seria muito interessante, especialmente para a criança, ter acesso a todo esse pluriverso, que é invisível”.

Leandro Rocha, também professor da FH, chama atenção para o crescimento do conservadorismo. Em termos de políticas públicas, os povos indígenas voltaram ao início dos anos 1980, segundo ele. “Uma das mudanças que ocorrem pós-impeachment é a volta da militarização da Funai. Ela está ligada a militares, a setores evan-



“Demarcar não é o suficiente”, Leandro Rocha (FH)

gêlicos conservadores e que estão de alguma forma tentando voltar, retroceder. E isso não vai acontecer: a realidade é outra, mas há um retrocesso claro nas políticas públicas”, disse Leandro. Segundo ele, o Brasil sofre de “um ranço autoritário que mesmo com todas as mudanças ainda está presente. Houve uma grande redução das políticas públicas sociais, culturais e científicas e os índios foram grandes vítimas desse desmanche”.

Para ele, o crescimento das bancadas BBB (Bíblia, Boi e Bala) no Congresso Nacional as tornou hegemônicas. Elas “estão praticamente rasgando a Constituição no que toca às políticas ambientais e de preservação, pois são favoráveis à expansão do agronegócio que atinge diretamente estas populações indígenas”. Leandro ainda diz que “estão instalando uma bomba-relógio ambiental que vai explodir em algum momento”.

O agronegócio ameaça, na-

turalmente, as terras demarcadas: “Essas terras indígenas sofrem muita pressão por essa bancada, sendo que suas terras preservadas servem muito como uma reserva ambiental estratégica. Mas os políticos não têm noção disso: é uma elite imediatista, burra, entreguista, com complexo de vira-lata que não tem projeto para esse país. E os índios são as grandes vítimas desse processo. O Brasil vai voltar para o mapa da fome e os índios estarão nesse mapa”.

Outro aspecto pouco falado é que o Brasil se urbanizou e os indígenas também. Segundo ele, cerca de 40% da população indígena está vivendo nas periferias de cidades pequenas, médias e grandes. São Paulo hoje é a maior cidade indígena do país. “Eles foram para lá como boias frias, como trabalhadores da construção, essa população está participando lá com seus costumes, sua cultura, sua língua em uma cidade que

já é cosmopolita. A gente muitas vezes esquece dessa outra realidade de que os índios fazem parte dessa realidade da urbanização”. Esse processo leva a novas demandas, como educação e ações afirmativas.

O professor explica que há uma demanda crescente por educação e formação. “Demarcar não é o suficiente, existem pressões, existem invasões, impactos ambientais, e uma série de outros problemas”. Isso empurra os povos para as fazendas próximas, onde eles vão trabalhar como peões, vaqueiros. Em zonas ocupadas há muito tempo, como na região Sul e Nordeste, os territórios foram demarcados na época do Serviço de Proteção ao Índio (SPI), são muito pequenos para a população crescente, que é o caso que aconteceu com os Guaraní-Kaiowá. Todos estes elementos contribuem para o êxodo crescente. O que leva, novamente, à negação da contemporaneidade quando as pessoas encontram estes povos em um contexto urbano.

“Os índios estão vivendo este processo de globalização como todos nós, e estão passando pelos mesmos processos identitários e de hibridização, como todos nós. Eles estão vivendo isso”, disse Rocha. Ele destaca, portanto, a nova geração de jovens indígenas que estão participando, ressignificando e se expondo publicamente: “Acredito que no caminho é importantíssimo o protagonismo e agência da própria vítima. Só quem é índio sabe o que é ser índio”.

Porém, isto não isenta os não-indígenas de se conscientizarem: “Por outro lado, nós que estamos nesta posição, nós da universidade, temos uma obrigação de atuar sobre essa questão. Precisamos romper esse complexo de vira-lata, esse abismo entre a ciência ocidental, eurocêntrica, e estes outros conhecimentos que estão aqui”, finaliza.

Professor da UFG participa de seminário na Alemanha

O professor do Instituto de Informática (INF) Celso Camilo participou do seminário anual Schloss Dagstuhl, na Alemanha. O evento ocorreu no centro de pesquisa pertencente à Associação Leibniz no final de fevereiro. Ele foi o único professor sul-americano convidado a participar do encontro, que tem como pauta novas ideias e tecnologias em relação a questões globais.

O professor apresentou um trabalho desenvolvido pelo grupo de estudo do INF, o I4Soft, composto por quatro estudantes doutorandos e três mestrados. “O tema foi a aplicação da inteligência artificial no *software* e como ela pode ser usada em uma produção de *software* mais automatizada com menor custo e mais qualidade”, contou o professor Celso. “A produção de *software* possui um ciclo longo, de várias etapas e algumas dessas partes podem ser automatizadas. Esse é o contexto geral dessa área”.

Para ele, um dos principais valores do encontro é a oportunidade de discutir e apresentar os trabalhos para os pares, que em



Schloss Dagstuhl

Professor Celso foi o único sul-americano convidado

geral são nomes altamente conceituados na pesquisa da área pelo mundo. “A gente discute não só o que já foi feito, como também o futuro da área. Sentamos para discutir com especialistas de todo o mundo para saber para onde vale a pena caminhar”, explica.

A maior vantagem para a universidade, acredita ele, é

ampliar o leque de possibilidades de parcerias internacionais, além de se atualizar sobre o estado da arte na área de inteligência artificial. “Quando você tem os pares na mesma mesa, você pode adiantar ideias e ter um feedback precioso antes mesmo de produzir o artigo ou executar o experimento”, avalia.

Fórum Social Mundial tem diversidade de temas

Entre os dias 13 e 17 de março ocorreu em Salvador o Fórum Social Mundial (FSM), que reuniu representantes de entidades, professores, pesquisadores e movimentos sociais. Uma exposição fotográfica que retoma a trajetória do Proifes-Federação foi feita em comemoração aos 14 anos da federação. Entre as principais datas lembradas estão o I Encontro Nacional em 2005; o ato promovido no Congresso Nacional em 2006, as reuniões com o então ministro da Educação, Fernando Haddad; as manifestações contra o EC 95; e a participação da entidade na Conferência Nacional de Educação, em 2014.

O atual cenário global da educação foi abordado na mesa *A educação no mundo globalizado em tempos de retrocesso*, composta pela dirigente da Internacional

da Educação (IE) Martha Andela; vice-presidente a IE para a América Latina (IEAL) Fátima Silva; do coordenador IEAL, Comberty Rodrigues; e do secretário-geral do sindicato nacional dos professores do Quênia, Wilson Sossion. Eles debateram sobre o avanço de empresas privadas na educação por todo o mundo e sobre o impacto disso na democracia.

O Proifes-Federação debateu a reforma do Ensino Médio com os professores Elizabete dos Santos e Thiago Divardim, ambos do IFPR. Na pauta, a arbitrariedade do governo federal que ignorou anos de discussão ao deixar de lado o projeto da Base Nacional Curricular Comum (BNCC). “Esta reforma foi pensada em gabinete, dentro do MEC, para ser implantada nas escolas de todo país”, disse Elizabete.

A desigualdade de gênero também foi pauta o Fórum Social Mundial, com debate conduzido pelo Adurn-Sindicato, pelo Sindiedutec e pela Adufscar. Foi exibido um vídeo sobre as barreiras enfrentadas pelas mulheres ligadas à UFRN. Do debate participou Lailane Assunção, a primeira mulher trans a assumir um cargo de professora em uma universidade pública no Brasil.

No dia 16 de março ocorreu uma Assembleia Mundial das Mulheres no Terreiro de Jesus, no Pelourinho. Participaram o Apub Sindicato, o Proifes-Federação e outros sindicatos federados. Na ocasião foi lida uma carta com as resoluções do fórum sobre a luta internacional das mulheres, além de discursos das participantes, incluindo Nora Cortiñas, das Madres de la Plaza de Mayo (Argentina).

Morre o publicitário e professor Antônio Spada

No dia 2 de abril faleceu o publicitário, jornalista e professor Antônio Spada, da antiga Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia (FACOMB), atual Faculdade Informação e Comunicação (FIC). Ele tinha 68 anos e foi docente do Curso de Jornalismo da UFG. A causa da morte foi complicações no pós-operatório de uma cirurgia de coração.

Em sua passagem pela universidade, Spada ficou conhecido por suas aulas de diagramação que valorizavam a criatividade e que eram baseadas em sua experiência de mercado: antes de lecionar, ele trabalhou diagramando jornais como o Diário da Manhã e o Jornal Opção.

Um dos seus trabalhos mais marcantes foi redesenhar o jornal O Popular quando ele passou para a impressão offset.

O jornalista e colunista Euler Belém, do Opção, prestou homenagem ao mestre, escrevendo que Spada lhe transmitiu diversos ensinamentos para a vida profissional. “Era um mestre que fundia à perfeição teoria e prática”, escreveu em sua coluna e finalizou dizendo que quem vivenciou suas aulas aprendeu bem mais do que a diagramar: “Aprenderam a ser jornalistas e, claro, gente”.

Na mesma coluna, Euler incluiu homenagens de outros companheiros de Spada, como o ex-diretor do Grupo Jaime Câmara, João da Rocha Ribeiro Dias, que declarou que Spada era uma pessoa “brilhante”; e do jornalista do Diário da Manhã, Helvécio Cardoso que o chamou de “grande companheiro” e lembrou o hábito do amigo de chamar a todos de “tigrão”.

Encontro do Proifes debate comunicação em rede

Profissionais de comunicação tiveram a oportunidade de se conhecer e traçar estratégias juntos



Fotos: Bárbara Zaiden

Comunicação em rede foi o tema do encontro



Evento promove trocas de experiências



III Encontro foi em Salvador (BA)



Gilka Pimentel, diretora de comunicação do Proifes-Federação

Estratégias para a efetivação de uma comunicação em rede foi o tema do III Seminário de Comunicação do Proifes-Federação. O evento ocorreu entre os dias 11 e 12 de março em Salvador (BA) e reuniu assessores de comunicação e jornalistas de vários sindicatos, de diferentes estados brasileiros, que são ligados à federação.

Cada representante de sindicato apresentou brevemente os trabalhos desenvolvidos ao longo do último ano. Durante as discussões, a atuação nas redes sociais, bem como a relevância e novas estratégias de mensuração dos resultados, foram amplamente abordados.

“A rede vai funcionar como uma caixa de ressonância: aquilo que é publicado e desenvolvido localmente vai ressoar nacionalmente, e vice-versa. A implementação desse sistema será coordenada pela comunicação da federação”, é o que explica o diretor de Promoções Sociais, Culturais e Científicas do Adufg-Sindicato, professor Daniel Christino. A partir de agora, as estratégias terão uma afinação maior, o que já foi feito continuará sendo avaliado, em números, e a ênfase maior será dada aos conteúdos online.

O presidente do Adufg-Sindicato e tesoureiro da federação, professor Flávio Alves da Silva, explica que a segunda edição do Encontro, em 2016, criou metas para melhorar a sincronia entre os sindicatos e a federação. A edição desse ano ainda contou com uma avaliação das ações traçadas anteriormente. “O nosso objetivo, com os encontros de comunicação, é avaliar a comunicação dos sindicatos e da própria federação”, disse.

Desde 2012 o Proifes é uma federação, o que significa que o processo de divulgação das atividades está em constante construção e renovação. “O Proifes tem sido um protagonista no debate da educação, do financiamento, assinamos acordos importantes. E, ao final de todo esse processo e de toda essa construção na categoria, precisamos que o Proifes tenha visibilidade”, afirma a professora Gilka Pimentel, diretora de Comunicação da federação e vice-presidente do Adurn Sindicato (Rio Grande do Norte). Ela destaca que a comunicação é uma ferramenta, um instrumento e uma linguagem fundamental para o fortalecimento

da imagem da federação na sociedade brasileira.

Nilton Brandão, presidente do Proifes-Federação, destacou a importância da área para a federação. “Você pode ter um trabalho maravilhoso, se não tiver uma comunicação que consiga apresentar isso de forma adequada, todo o trabalho feito tem pouca visibilidade. Vocês comunicadores são peças-chave para todos os dirigentes”, enfatizou durante o evento.

Programação

Além das apresentações de métricas e dos projetos desenvolvidos individualmente pelos sindicatos, os profissionais tiveram um momento para discutir ações futuras para efetivar a comunicação em rede. Assim, foi possível conhecer melhor os produtos, as forças e as fraquezas de cada assessoria, levando em consideração as realidades locais.

“O Encontro tem exatamente esse objetivo: fazer com que as comunicações do sindicato e da federação trabalhem em rede. Para isso, precisamos conversar, se conhecer. É uma oportunidade de aprender com o que o outro está fazendo, de ter novas ideias, de refrescar a mente”, afirma a assessora de comunicação do Apub Sindicato (Bahia), Carolina Guimarães.

A publicitária soteropolitana Verônica Reis foi convidada para falar sobre a atuação nas redes sociais e as principais estratégias de diálogo com os públicos. Outras palestras, com temas pertinentes à carreira docente, estiveram na programação. O intuito era esclarecer os assuntos para os jornalistas e assessores de imprensa que atuam nos sindicatos.

O secretário e Diretor de Políticas Educacionais, professor Gil Vicente, falou sobre a *Conjuntura educacional no Brasil e na América Latina: financiamento nas IFES Impacto da emenda constitucional 95 na carreira e nas IFES*. O presidente da Federação, Nilton Brandão, abordou a temática Negociações: reajustes, reestruturação da carreira. Já o diretor de Assuntos Sindicais, Valdemir Alves Junior, falou sobre Instituições e especificidades da Carreira de Magistério do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) e Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC).

Goiás tem previsão de crise hídrica para 2018

Stefanny Alves

No mesmo mês em que é comemorado o Dia Mundial da Água o Governo de Goiás publicou um decreto que declara situação de emergência, prevenindo uma escassez hídrica na bacia do Rio Meia Ponte e do Ribeirão João Leite. O decreto tem como base relatórios da Secima, da SED e da Saneago.

O decreto afirma que “têm prioridade no uso de recursos hídricos o consumo humano e a dessedentação de animais”, além disso, a Secretaria deverá definir as restrições e fiscalizá-las. “O problema da água no Estado de Goiás, para não dizer no Cerrado, passa por modelos de expansão, uso e apropriação da terra de uma forma focada na produtividade, principalmente no setor agrícola. Outro aspecto que tem degradado nossos mananciais é o crescimento da pecuária”, pontua o professor Leandro Gonçalves Oliveira (ICB). Ele é coordenador do Programa de Pós-graduação em Ciências Ambientais (CIAMB) e do GT Meio Ambiente do Adufg-Sindicato.

No Brasil somente 23,3% da água potável é destinada ao abastecimento urbano, outros 7,9% para o abastecimento animal, e 1,6% para abastecimento rural. A maior porcentagem é destinada à irrigação agrícola, que chega a 46,2%. O restante se divide entre o uso nas termelétricas, indústria e mineração, segundo informações da Agência Nacional de Águas (ANA).

Devido à cadeia de produ-



O GT do sindicato plantou 2.600 mudas no vale do Meia Ponte

ção, o ciclo da água fica cada vez mais comprometido, o que agrava a situação. “O ciclo da água prevê uma interdependência entre a vegetação e a água, porque nesse período de chuva a vegetação serve para a absorção, como se fosse um efeito esponja”, explica Leandro, “Essa água quando penetra no solo alimenta os lençóis freáticos e mantém o nível dos rios que nós temos, ou seja, vai manter a quantidade de água para que todo mundo possa usufruir”.

De acordo com o professor, faltam projetos e pesquisas inter-áreas sobre meio ambiente na UFG e ressalta que o principal ponto é pensar em como reverter esses problemas. A Lei 9433/1997 prevê, dentre outras coisas, a criação de comitês de bacias hidrográficas em Goiás, sendo o mais expressivo o Comitê da Bacia do Meia Ponte. Apesar de fazer parte da legislação, nem sempre essas ações são efetivas, conforme ex-

plica Leandro. “Na bacia do Meia Ponte, em direção às nascentes, temos uma perda considerável da vegetação nativa. Em 2002 nós só tínhamos 16% de cobertura vegetal nativa, em 2016 apenas 12%. Isso é um dos problemas enfrentados pela disponibilidade de água à população”, pondera Leandro.

Em 2001 o GT do Meio Ambiente, integrado pelo Adufg-Sindicato, professores e alunos do Instituto de Ciências Biológicas (ICB), foi criado para pensar a preservação e a recuperação ambiental. “Na natureza quando há muita chuva a vegetação impede que ocorra deslizamentos e erosão graças às raízes, a terra e o solo que proporcionam uma malha de retenção da água”, explica Leandro, “O grande problema é a perda da capacidade de infiltração da água no solo, é a impermeabilização do solo”.

A compressão desses canais com o revestimento do solo

com concreto e asfalto diminui a capacidade de absorção da água da chuva, que não tem por onde infiltrar, então escoar e causa transbordamento. Ela penetra em qualquer brecha de solo e provoca erosões. As enchentes e estragos causados pelas chuvas são consequência direta da destruição de vegetação somada à impermeabilização do solo.

Leandro acredita que Goiás precisa de formais legais para lidar com a questão da água, desenvolver uma forma eficiente de combater o desmatamento e a destruição de recursos hídricos. “Ações integradas de sociedades civis organizadas podem também ser um objeto de sucesso nessa ação de preservação dos serviços hídricos”.

“Nossa legislação é tripartite: temos o setor governamental, produtivo e a sociedade civil organizada, que é a parte mais fraca desse elo”, declara, “Passa por uma questão de educação ambiental, avanços tecnológicos principalmente no que diz respeito aos meios de produção, política de pecuária intensiva que possa minimizar o processo de desmatamento”, finaliza o professor.

Em 22 e 23 de março a UFG realizou conferência organizada pelo CIAMB como tema *A destruição dos grandes rios brasileiros: um patrimônio natural subestimado*. O palestrante convidado foi Edgardo Manuel Latrubesse, doutor pela Universidade de Austin, no Texas.

Mais Saúde oferece atividades para professores e familiares



O dia 7 de abril é o Dia Mundial da Saúde e, anualmente, a Organização Mundial da Saúde (OMS) define um tema a ser discutido para representar um assunto prioritário na agenda internacional da OMS. Em 2017 debate foi sobre depressão e, para esse ano, 70 anos da OMS, o tema é *Saúde para todos*.

Para comemorar a data

o Adufg-Sindicato organizou o *Mais Saúde*, uma manhã especial com atividades saudáveis, incluindo aulas que não são ofertadas normalmente no Espaço Saúde. Além de Pilates de solo e Zumba, também estiveram na programação dança circular, dança de salão e alongamento.

O objetivo do projeto *Mais Saúde* é promover o bem-estar

entre os professores com dicas de prevenção e tratamento de doenças que podem ser ocasionadas pela atividade docente, como problemas de voz, estresse e dores nas costas.

Foi criada ainda uma campanha com vídeos dos prestadores de serviço do Espaço Saúde. O material foi divulgado ao longo do mês de março no Instagram

Stories (@adufgsindicato). Os profissionais de saúde dão recomendações para combater dores nos ombros, nas costas, hérnia de disco, problemas vocais. Além de dicas nutrição para uma dieta mais equilibrada e até mesmo de relaxamento para combater o estresse.

A próxima edição do *Mais Saúde* ocorre em maio.

Após a fundação em 1978, o Adufg-Sindicato, inicialmente uma associação de professores, lutava para se organizar e se estabelecer. A professora Mindé Badauy, da Faculdade de Educação (FE), foi a primeira presidente eleita, após a diretoria provisória liderada pelo professor Hélio Furtado do Amaral, um dos idealizadores da associação.

A primeira ação foi observar a situação dos professores com quem a UFG lidava de maneira muito arbitrária durante o regime militar. “A gente trabalhou nos porões da ditadura. O objetivo naquele momento era de organizar politicamente para a defesa dos professores presos fora do país. Eu diria que foi bastante significativo o movimento, tivemos uma resposta muito boa de trazer de volta para o Brasil exilados políticos e para os professores que sofriam muita pressão”, conta a professora. Os processos eram em favor de professores exilados e banidos da universidade sem explicações. A associação, que ainda não era sindicato, teve papel fundamental na reintegração destes professores. “Era difícil fazer reintegração, mas sem a Adufg seria impossível”, lembra Mindé.

A presidência de Mindé estruturou a associação e ampliou as pautas e a atuação política. Depois de sair da sala improvisada na Faculdade de Medicina (FM), a sede foi por muito tempo na FE. Os tempos de estrutura precária ficaram para trás: atualmente, o Adufg-Sindicato tem sede própria e Sede Campestre em Goiânia, subsedes em Jataí e Catalão, além de uma na capital. Para o próximo ano, está prevista a ampliação na capital, em dois terrenos que já foram adquiridos.

Durante os primeiros anos, quando o sindicato ainda era associação, tudo era um desafio para além das pautas, o que ajudou a formar a espinha dorsal engajada dos docentes, incluindo embates físicos com a polícia. “Fizemos enfrentamentos de muitas naturezas. Se você falava dos salários, os professores achavam ótimo; se eram questões políticas, eles hesitavam. Mas conseguimos fazer um trabalho muito bom, representando os professores, conseguimos fazer bons debates, com seminários de muita boa qualidade”, ressalta.

Mindé Badauy também acredita que o sindicato teve papel importante em moldar a UFG: “Acho que conseguimos fazer a universidade repensar o papel dela. Fizemos um trabalho na reformulação dos cursos, mais pautados na realidade brasileira, e o sindicato teve um papel muito importante, apesar de termos tido enfrentamentos muito difíceis”.

“Trabalhamos muito nos outros sindicatos, ajudamos a fundar



Arquivo Adufg-Sindicato

Assembleia universitária em 1989, no Ginásio da PUC-GO

Mindé Badauy: “Foi um período muito difícil, mas sinto falta”

Professora foi a primeira presidente eleita do Adufg-Sindicato e responsável pela estruturação e por embates políticos



Bárbara Zaiden

Mindé Badauy foi a primeira presidente eleita do sindicato

outros sindicatos. Eles foram se aproximando conforme foram sentindo que tinham um respaldo”, explica Mindé. Com uma estrutura melhor estabelecida, os docentes se aproximaram, o sindicato foi crescendo, a adesão aumentou. “Os professores tiveram mais campo para negociação também, e para pesquisa, para verbas”, recorda.

Antes, houve dificuldade no

contato com os professores avessos à política. Mas foi exatamente essa atuação política que tornou a associação reconhecida dentro e fora da UFG e depois viabilizou a implementação de serviços de assistência, como plano de saúde. O plano de carreira era outra pauta constante. “A questão salarial estava posta também porque estávamos em um período de muita agressão contra a universidade e era

uma pauta que unia a categoria”. A luta por plano de carreira e salários foi outro fator que contribuiu para o aumento da adesão dos professores.

A professora destaca que é necessário recolocar o papel político sindical no centro das pautas devido à atual situação do País, com um governo mais conservador e um Ministério da Educação (MEC) retrógrado. “Neste momento, esta função do sindicato é extremamente relevante. Estamos vivendo em um país que é uma ditadura, com vigilância e censura nas universidades, coisa que nem no regime militar a gente tinha”, declara, “o sindicato tem uma função política de extrema relevância”. Para Mindé, essa política é a principal função de um sindicato.

Resgate

Mindé acredita que é importante, tanto para os sindicalizados como para os não-filiados e a sociedade em geral, não esquecer a história dos docentes na UFG, especialmente durante tempos tão difíceis como aqueles – e como os dias atuais. “É preciso que a compreensão sobre o sindicato seja ampliada. Muita gente não conhece a história do sindicato e sua função. É importante demais da conta fazer esse resgate, especialmente agora, que o sindicato precisa de grande atuação, pois trabalha com grandes pessoas da universidade”. Para ela, os docentes enfrentarão grandes dificuldades com o governo atual e precisarão usar o sindicato como ferramenta: “Temos que nos contrapor ao que está acontecendo no Brasil. Essa luta transcende o âmbito da universidade”.

Tanto é que, de seu tempo à frente do Adufg-Sindicato, Mindé crê que a imposição de espaço e de visibilidade foi o maior legado deixado pela primeira diretoria: “Acho que conquistamos o respeito da própria universidade, fizemos vários eventos com convidados respeitados, o que elevou muito o nível do debate. E conseguimos unir os professores como categoria de uma maneira satisfatória. Acho que esse é o saldo positivo”. E finaliza: “O sindicato hoje é reconhecido”.

Da luta sindical, Mindé Badauy sente falta e conta que foi muito feliz na função, apesar dos desafios constantes. “Eu tenho saudades. Eu fui muito feliz. Foi um período muito difícil, mas sinto falta sim. Acho que a gente amadurece muito nossa capacidade de ver os fatos. Eu ganhei muito, tenho o maior respeito pelo sindicato e creio que foi formativo realizar essa função”. Após ter sido eleita com 79 votos em 1979, ela ainda voltou ao cargo quase dez anos depois, para o biênio de 1987.



Daniel Castilho

Uma rede de privilégios

Tese de doutorado
Modernização territorial e redes técnicas em Goiás virou livro e analisou como a modernização se instalou no Estado

O livro *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás*, do professor Daniel Castilho, do Instituto de Estudos Socioambientais (IESA), analisa a instalação da rede de modernização no Estado, principalmente através de energia elétrica, rodovias e ferrovias. Desenvolvida ao longo de quatro anos, a pesquisa analisou estas redes técnicas, mapeou e identificou as áreas privilegiadas pela modernização e como a política afeta esse processo. “A tese principal é que a modernização só é possível quando há o encontro da política com a técnica”, declarou o professor Castilho.

Ele concluiu que essas redes formam espaços privilegiados da modernização, exclusivos a grupos restritos. “Então o controle dessas redes dá um sentido corporativo dessa rede e o resultado é a segregação, gerando uma modernização contraditória que privilegia alguns grupos e segrega outros”, disse. Portanto, estas redes atendem muito mais a uma macroeconomia do que às demandas essenciais do Estado, do real desenvolvimento.

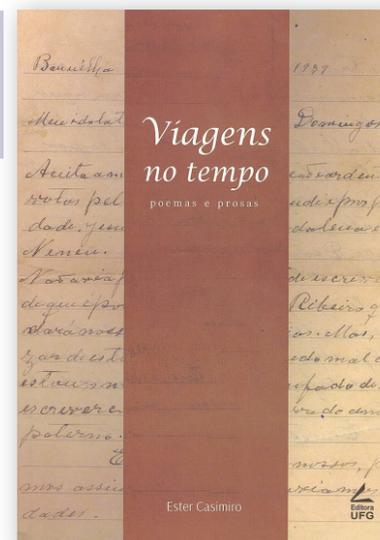
Castilho cita como exemplo a ferrovia Norte-Sul. “Ela é muito exclusiva. Por trás da sua construção há um corporativismo muito evidente, que vai na contramão de muitos outros países, até mesmo dos EUA. Lá a ferrovia exporta *commodities*, mas também atende à demanda da mobilidade local e regional, passa pelas cidades”, explica o professor, dizendo que aqui ocorre o oposto: “A ferrovia desvia dos núcleos urbanos, a função dela é exclusivamente para exportar *commodities* mesmo existindo uma demanda local da população por mobilidade”

VIAGENS NO TEMPO: POEMAS E PROSAS

Ester Ribeiro Casimiro

Editora UFG / 72 páginas

O livro configura-se como inventário dos itinerários da formação de um sujeito que busca através da memória encontrar e apresentar sua(s) identidade(s). Apresenta um sujeito ciente de que todo lugar tem uma história para contar e de que todas as histórias são povoadas por sentimentos diversos. Assim, esse mesmo sujeito lança fios retrospectivos e prospectivos para demonstrar o alcance desses sentimentos na vida de cada ser.

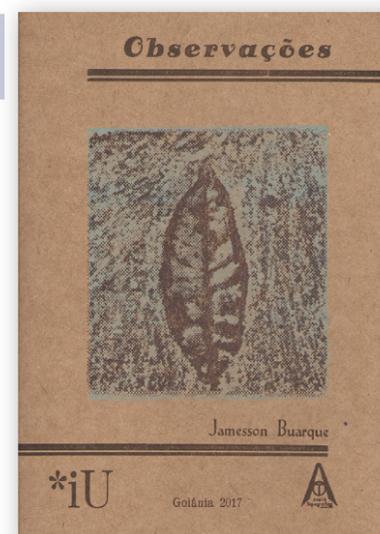


OBSERVAÇÕES

Jamesson Buarque

Editora da Imprensa Universitária/ 54 páginas

Observações é uma obra composta por 30 poemas, de autoria de Jamesson Buarque. Entre os anos de 2015 e 2017 os escritos circularam virtual e esparsamente em rede social e, em 2018, estão reunidos em um livro. O objetivo da publicação é ganhar “a materialidade sensível de palavra que fere a página”.



O VERDE-ALECRIM

Leo Pereira / Gráfica UFG/ 44 páginas

“No Verde-Alecrim, falo da burocracia e da sua audácia corrupta. Busco matá-la. Falo da corrupção. Falo. Busco benzê-la. Odiá-la. Vertê-la. Navegar em seu contrário até me encontrar com ela de novo no prazer de não sê-la. Me sinto perto desse rio. Por isso bebo nele Papel Picadeiro, Traga-me Bombons Coloridos, A Doença do Acúmulo, As inimigas, As Imaculadas, O Céu dos Laranjos e esse dia desse prefácio com alguns anos de escrita automática no *facebook* e minha recente estreia como diretor em Sete Contos”, escreve o autor no prefácio da obra.

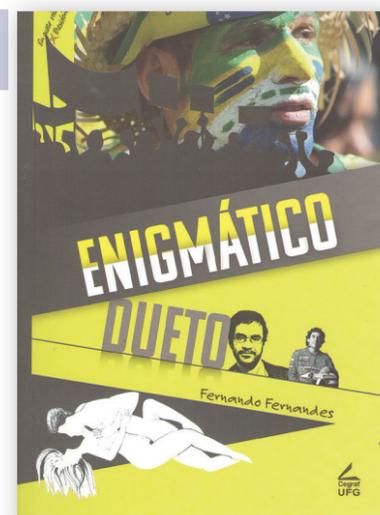


ENIGMÁTICO DUETO

Fernando Fernandes

Gráfica UFG/ 72 páginas

Em *Enigmático dueto*, Fernando Fernandes apresenta poemas que representam sentimentos e pensamentos de todas as idades, e não apenas a imanência de um jovem poeta do anos 80. É uma terapia, dentro de um processo contínuo de autoconhecimento.



Reitoria e ICB discutem insalubridade

Siass iniciou processo para contratar empresa que vai fazer análises quantitativas

“Precisamos ter muita clareza de que nós estamos todos do mesmo lado. Precisamos garantir um ambiente melhor e o pagamento [do adicional]”, disse o reitor da UFG, professor Edward Madureira Brasil, durante reunião no Instituto de Ciências Biológicas (ICB I), em 03 de abril.

A reitoria propôs um cronograma de mudanças nas condições de trabalho, com ajustes em equipamentos e instalações dos laboratórios. Edward enfatizou o bom nível da UFG. “Tem problema? Tem. Como em todas as universidades, de todos os lugares do mundo. Eu tenho medo é das generalizações: parece que estamos jogando tudo em terra arrasada. A nossa universidade não é terra arrasada. Se formos comparar [a UFG] com outras do Brasil, eu tenho certeza que nós estamos dentre as melhores do país”, complementou.

No dia após a reunião teve início um levantamento orçamentário para a contratação da empresa que vai fazer a avaliação quantitativa do nível de insalubridade a que docentes e técnico-administrativos estão expostos. As informações são do Subsistema Integrado de Atenção à Saúde do Servidor (Siass).

Edward foi realista: a atual situação orçamentária vai comprometer essas melhorias. “Zero de insalubridade é uma tese quase que fictícia, mas é claro que temos que ter como horizonte e trabalhar para que seja o mínimo”, disse. Uma das prioridades é a aquisição de Equipamentos de Proteção Individual (EPIs).

Após protestos de professores, alunos e diretores do sindicato, que seguiram do ICB até a reitoria, em 21 de março a universidade divulgou um memorando sobre o levantamento de Equipamentos de Proteção Individual (EPI). O objetivo é, segundo o documento, “agilizar o processo de quantificação de EPIs necessários na Universidade Federal de Goiás, e assim, realizarmos o processo licitatório para compra deste material”. Enviado a todos os servidores que exercem atividades com necessidade dos equipamentos, o formulário deveria ser preenchido até o dia 5 de abril.

O diretor de Atenção à Saúde do Servidor do Siass, João Francisco, reafirmou a necessidade de preenchimento do formulário

que já foi encaminhado a técnico-administrativos e professores. O Adufg-Sindicato orienta a todos os docentes que não preencham os formulários sem o acompanhamento de um técnico de segurança do trabalho, que foram colocados à disposição pelo órgão.

Sobre a redução dos percentuais de insalubridade dos ICBs, o reitor disse que é uma situação comum a todas unidades e regionais da UFG. E ressaltou que a decisão de redução massiva nos ICBs foi consequência de uma portaria assinada pela gestão anterior, em dezembro de 2017. Quase 100 pessoas foram afetadas.

Segundo Edward, a suspensão da portaria foi o caminho legal encontrado, pois não é possível revogá-la. “A gestão atual não concorda com a forma como isso [o corte] foi feito, por mais que tenham sido utilizados laudos”, disse Edward. A suspensão da portaria foi resultado de discussões entre a diretoria do Adufg-Sindicato, especialmente por intermédio do presidente Flávio Alves da Silva e do vice-presidente Walmirton Tadeu D’Alessandro, além da equipe da assessoria jurídica do sindicato. Após protocolado documento do sindicato na Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas, a universidade voltou atrás nas reduções.

O reitor ainda esclareceu que os cortes não geram economias para a universidade. Afinal, os gastos com a folha de pagamento não são da administração e sim do Governo Federal.

“Essa luta que está acontecendo agora não é apenas por conta destes percentuais desiguais, e sim porque precisamos de locais de trabalho mais salubres para que nossos estudantes e professores possam ter condições de saúde no presente e no futuro”, afirma a professora Daniela de Melo e Silva, que trabalha no laboratório de mutagenese (ICB). Desde que ingressou na UFG, há oito anos, ela recebe apenas 10% do

Bárbara Zaiden



“Precisamos ter muita clareza de que nós estamos todos do mesmo lado”, reitor da UFG, Edward Madureira

adicional de insalubridade, e conta que colegas que dividem o mesmo laboratório recebem 20%.

A diferença de pagamentos de Daniela não é um caso isolado e se repete nos diferentes institutos e faculdades. Por isso, as reivindicações são também pela isonomia universitária. “Enquanto não ocorrerem avaliações corretas e periódicas, não tem como repensar isso. Na minha visão, é uma coisa muito séria, muito complexa. Esse não é um movimento do ICB, mas de toda a universidade”, afirma o professor Gustavo Pedrino (ICB).

“Há várias especificidades no desempenho de cada professor. Por isso, do ponto de vista jurídico, a análise é que uma medida coletiva não teria um efeito tão significativo quanto às ações individuais”, explica o advogado do sindicato, Elias Menta, em resposta aos questionamentos que o sindicato recebe constantemente em reuniões sobre o tema.

Para a concessão do percentual de insalubridade a universidade emitiu laudos específicos para cada um dos professores, o que significa que uma ação coletiva exigiria a elaboração de uma prova geral sobre um assunto que é individual. “A ação coletiva é mais eficaz quando trata sobre uma falha administrativa, algo coletivo. Mas a insalubridade tem várias peculiaridades e especificidades para diferentes casos”, finaliza. Por ora, a assessoria jurídica do Adufg-Sindicato não aposta em uma viabilidade jurídica para ingressar com medida coletiva, devido às especificidades da atuação de cada professor em diferentes áreas e laboratórios.

Desde o final de 2017 o JP acompanha a saga que envolve segurança do trabalho e insalubridade na universidade. Primeiro foi a morte do estudante de Medicina Veterinária, passando pela redução dos adicionais de insalubridade do ICB até o incêndio na Escola de Agronomia (EA).

Falta infraestrutura física, há preparo e qualificação dos profissionais, entretanto falta investimento para a adequação do espaço, tanto em materiais quanto em equipamentos. Com isso, um local destinado a pesquisa e estudo em prol da sociedade se torna um risco aos profissionais em termo de saúde e qualidade de vida no espaço de trabalho

- INACREDITÁVEL
- DESUMANO
- SURREAL
- IMPRESSIONANTE
- AFRONTA
- FALTA DE INFRAESTRUTURA

Incubadora de doenças Insalutíferas!

Avaliações de estudantes sobre a realidade dos ICBs

A reprodução veterinária é paixão

A professora Maria Lúcia Gambarini leciona há 20 anos na EVZ e não quer se aposentar tão cedo

A sala da professora Maria Lúcia Gambarini fica é no setor de Reprodução Animal da Escola de Veterinária e Zootecnia (EVZ) da UFG. O gabinete tem um ar caseiro, com cadeiras de madeira confortáveis e almofadas. Na decoração, pinturas de cavalos, uma pequenina cachoeira que corre água o tempo todo, cristais, miniaturas de animais e um mensageiro dos ventos. O cheiro de incenso é marcante. Mal chegamos e a professora nos oferece um café e a cadeira mais confortável. A hospitalidade vem de berço: Maria Lúcia nasceu e cresceu em Marília, interior de São Paulo em uma casa com quintal grande. “A gente tinha jabuti, coelho, cães, cabras, galinhas”, conta.

Maria Lúcia sempre gostou de animais, mas só pensou em veterinária no Ensino Médio. “Minha irmã mais velha fazia Medicina e eu pensava ‘nossa, lidar com gente não é pra mim’; minha irmã do meio foi fazer Agronomia, mas também era muita conta, não era pra mim”, conta a professora. Ela fez testes vocacionais e foi se direcionando para Biologia e Medicina Veterinária: “Aí eu realmente percebi que era o que eu queria fazer”.

Decidida, ela pres- tou apenas um vestibular para apenas uma universidade: a Unesp, campus Jaboticabal. Na faculdade, logo foi se reconhecendo em algumas áreas. “Quando tive disciplinas de grandes animais já sabia que era aquilo que eu queria fazer e quando eu tive a disciplina de reprodução foi amor à primeira vista”, relembra. Após a passagem pela Unesp, estagiou e clinicou em reprodução de equinos e bovi-



Fotos: Bárbara Zaiden

Na sala da EVZ cristais e incensos deixam o ambiente leve



Do lado de fora do prédio as plantas de Maria

nos antes de embarcar no mestrado, feito na UFRGS.

Resolveu fazer o mestrado longe de casa para ir mais longe ainda. “A escola era muito bem conceituada e um grande número de professores tinha feito a pós-graduação na Alemanha, meu objetivo final era

esse. Em Jaboticabal eu tive contato com professores que tiveram formação na Alemanha”, explica. Ela prestou a prova para a bolsa de doutorado pelo Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD) e foi estudar em Hanover. Foram três anos, inclusive atendendo os produtores locais. Por lá ela conheceu o marido, professor da Escola de Música e Artes Cênicas (Emac). “Os amigos dele sempre dizem que ele foi muito bobo de ir para a Alemanha e voltar com uma brasileira (risos). E os meus amigos sempre dizem que eu fui muito corajosa de ir para a Alemanha e voltar com um músico (risos)”, brinca.

De volta ao Brasil, Maria Lúcia assumiu por quatro anos um laboratório da USP até o marido passar no concurso para a UFG e a família mudar para Goiânia. Em 1997 foi aprovada em concurso público para o Departamento de Reprodução, onde está há 20 anos. Ela disse que sua área a atraiu por conta de sua objetividade: “Acho que era a possibilidade de reconhecer e corrigir o problema de forma muito direta. Você examina uma vaca e já tem acesso ao útero, aos ovários, ao ambiente cervical e consegue objetivamente saber o que está acontecendo e estabelecer o diagnóstico e o tratamento, o que se encaixa muito bem no meu perfil pessoal”, detalha a professora.

Maria Lúcia explicou porque não quis tratar cães e gatos. Quando ela fez estágio logo viu que não era a sua praia, especialmente por causa dos donos dos animais: “eu sou dona de bicho, sei que os proprietários podem ser difíceis”, conta ela que hoje tem três gatos e três cachorros.

Vocação para lecionar

Se tivesse que escolher entre a área de pesquisa e as aulas para a graduação, ela optaria por lecionar. “Gosto demais de pesquisar, de formular uma questão, encontrar alternativas. Mas se tivesse que escolher, optaria pela docência. A primeira tarefa da universidade é formar o profissional, depois vem a pesquisa”, declarou. Para Maria Lúcia o mais importante é formar profissionais qualificados.

Mas isto não significa que ela deixou de botar a mão na massa: encabeçou um projeto de extensão de atendimento ao pequeno produtor, que durou cerca de três anos e que agora ela quer resgatar. Eles começaram numa fazenda de produção de leite de Orizona: faziam a visita monitorada, levantam o problema e depois os estudantes voltavam sozinhos buscando as soluções e alternativas.

“Com isso eu vou pro campo e posso aplicar lá aquilo que a minha formação me permite. Nunca cogitei largar a universidade”, disse. Além desse projeto de extensão, Maria Lúcia está envolvida em outras demandas da faculdade de trabalho prático: “Eu tenho o convívio do dia-a-dia com o trato dos animais, resolvendo problemas reais, porque hoje sou responsável pela tropa didática”.

Sobre a universidade, ela lembra como a EVZ cresceu em seus 20 anos de casa. “É uma universidade muito boa, a gente progrediu muito. Ainda há muito para ser feito, é claro”, disse. Sobre as dificuldades do cenário educacional nacional da atualidade, ela disse que não adianta apenas reclamar. “Eu aprendi dentro de casa que é na adversidade que a gente cresce, na bonança a gente se acomoda”, defende. “Nós deveríamos usar essa fase de adversidade agora para crescer. Só reclamar não vai levar a gente a nada”.

Por agora, a aposentadoria não é alternativa. “Eu ainda não tenho tempo. Devo ficar, no mínimo, mais sete anos na UFG. Em sete anos dá pra fazer muita coisa: outro pós-doutorado, dá pra fazer licença capacitação, dá pra formar 700 alunos ainda, então eu acho que ainda tenho muito o que fazer”. Enquanto estiver bom, ela fica: “No dia que eu levantar pensando ‘caramba, eu tenho que ir pra escola’ e quando der 16h eu estiver com o dedo pronto pra desligar o computador é a hora de sair. Enquanto eu estiver contribuindo, eu devo ficar”, finaliza.